

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

GUILHERME FALCÃO GOULART

**O POSICIONAMENTO DOS “NOVOS PARTIDOS” BRASILEIROS DIANTE DA
DÍADE “ESQUERDA-DIREITA”**

PORTO ALEGRE

2019

GUILHERME FALCÃO GOULART

**O POSICIONAMENTO DOS “NOVOS PARTIDOS” BRASILEIROS DIANTE DA
DÍADE “ESQUERDA-DIREITA”**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao curso de graduação em ciências sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais

Orientadora: Prof. Dra. Silvana Krause

PORTO ALEGRE

2019

GUILHERME FALCÃO GOULART

**O POSICIONAMENTO DOS “NOVOS PARTIDOS” BRASILEIROS DIANTE DA
DÍADE “ESQUERDA-DIREITA”**

Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais apresentado ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Silvana Krause

Aprovado em: Porto Alegre, 07 de Janeiro de 2019

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Silvana Krause

Prof. Dr. Alfredo Gugliano

Me. Bruno Marques Schaefer

Dra. Carolina Pimentel Corrêa

AGRADECIMENTOS

Após quatro anos cursando a faculdade de Ciências Sociais (Bacharelado), aprendi muito sobre os mais diversos assuntos, sejam eles propriamente acadêmicos ou aspectos da nossa vida cotidiana. Encontrei pessoas das mais diversas personalidades, dentro e fora da universidade, com suas características únicas, que as tornam indivíduos complexos e incríveis. Todas essas pessoas agregaram muito à minha pessoa, me deram suporte quando eu necessitava, conversaram comigo para trocar ideias sobre os mais variados assuntos. Enfim, foram muitos momentos divertidos e proveitosos que retirei da convivência com todas essas pessoas.

O que dizer dos amigos da graduação que entraram comigo no curso no ano de 2015? Julia Chaves e sua militância, sempre com ótimas opiniões para tudo que é tipo de assunto, com seus pontos de vista bem embasados, além de ser uma companhia maravilhosa para qualquer evento; a companheira de ciência política da Julia, Maitê, outra pessoa super querida; André Pezzutto e a sua filosofia, sempre carregada de ótimos conselhos sobre relações interpessoais, sobre a vida e sobre filosofia; Liliane e suas conversas sobre os mais diversos temas existentes, que proporcionavam altas risadas; as Lu's – Luiza Beck e Luisa Muccillo – praticamente irmãs unidas pelo nome e pela amizade, que dupla! Yolene e Maria Eduarda, outra dupla de amigas que praticamente são irmãs, sempre juntas e com altos comentários políticos; meu xará, Guilherme Exterkotter, sujeito super gente fina; e a Graciane, também conhecida como “Gra”: ótima amiga, que desertou das ciências sociais para fazer história no curso de educação física, mas sem nunca abandonar os velhos amigos. Que pessoa fantástica, sempre alto astral! E também não posso esquecer da Lari, amiga que possui um senso de humor muito bom e único; Tenho que agradecer profundamente ter conhecido e convivido com todos vocês, colegas e amigos de graduação!

Muitos veteranos também se tornaram ótimas amizadas. O chamado “Bonde do Kula”, cujos integrantes – Emilio, Heitor, Thiago, Leonardo Palhano, Felipe Burd e Augusto – sempre me proporcionaram rolês incrivelmente divertidos, que pessoal maneiro! Fizemos churrascos, festas, rodas de bar... até em um protesto eu fui em 2016 com o Augusto e com a Jade – outra guria incrível que conheci no meio do curso. Obrigado de coração a todos vocês, caros veteranos!

Amizadas na pós-graduação foram feitas também: meu companheiro rubro-negro Ian Rebouças sempre foi parceiro para trabalhos acadêmicos e para rolês descontraídos. Me ajudou muito na minha trajetória acadêmica até então, sempre com disposição e boa vontade. Sem a

sua ajuda, a bolsa de iniciação científica que participei entre 2017 e 2018 teria sido muito mais difícil; também não teria tido a oportunidade de viajar para Curitiba neste 2018 para realizar a minha primeira apresentação de trabalho acadêmico em um Congresso na vida! Aprendi até sobre as Relações Internacionais com o Ian, o que agregou muito ao meu conhecimento. Obrigado Ian, pelo apoio! Boa sorte no seu doutorado em Pernambuco! Ainda teremos muitos jogos do Flamengo para assistirmos juntos!

Tiago Leme, Bruno Marques e Carol Corrêa, vocês também nunca economizaram boa vontade em me ajudar na minha trajetória acadêmica! Obrigado pela amizade e pelas dicas sobre o TCC, sobre o processo seletivo de mestrado e sobre a academia, em geral! Vocês me ajudaram muito no meu crescimento durante a graduação, sempre me incentivando a produzir conhecimento.

Agradeço também a todos os professores que fizeram parte da minha formação, como Carlos Arturi, José Carlos Gomes Dos Anjos, José Otávio Catafesto, Rochele, Lorena Fleury, Luciana Mello, Alfredo Gugliano, Sandro Garcia, Fabíola Rhoden, Ari Pedro Oro, Melissa Pimenta, Fabiano Engelmann, Luciano Da Ros, Caleb Faria, Rachel Weiss, entre muitos outros. Um agradecimento especial para dois professores em específico: ao Prof. Dr. Leonardo Granato, que foi vital para o meu amadurecimento acadêmico ao ser meu orientador na bolsa de iniciação científica, e para a Prof. Dra. Silvana Krause, que, além de ministrar uma disciplina muito boa de “Política III” durante a graduação, se tornou minha orientadora no TCC, sempre me ajudando e dando conselhos nos momentos mais difíceis do trabalho. Foi um enorme prazer poder ser aluno e orientando do senhor e da senhora, professores Leonardo e Silvana!

Gostaria também de agradecer à minha namorada, Olivia. Obrigado amor, por sempre estar ao meu lado nos momentos mais felizes e também nos meus dramas sobre o curso, sobre a vida no geral. Encontrei em ti uma parceira maravilhosa, que me alegra dia a dia, me dando força e energia, com a sua personalidade fantástica e feliz. Seu sorriso me encanta e a sua presença ao meu lado, mais ainda. Eu não teria a mesma disposição para me dedicar às tarefas acadêmicas se não fosse pelo seu contínuo afeto, carinho e apoio. Tu é demais, amor!

Por fim, gostaria de agradecer à minha família: ao meu pai, Marcelo, à minha mãe, Mônica, à minha avó, Daysi, à minha tia Lúcia, ao meu primo Eduardo, à minha prima Carolina, e todos os demais. Pais, vocês sempre me incentivaram a eu fazer o curso que queria, independentemente das dificuldades que esta escolha acarretaria e do fato do curso de ciências sociais não ser uma faculdade “clássica”, que me proporcionaria um futuro certo. Vocês sempre

me apoiaram no meu curso, nos bons momentos e nos maus momentos em que me encontrei dentro dele, me incentivando a melhorar mais e mais durante a graduação. Sem o suporte de vocês, eu não estaria me formando após 4 anos de faculdade, com a sensação de missão cumprida. Muito obrigado a vocês, de coração!

Tia Lúcia, vóvó Daysi, primo Eduardo e prima Carolina, sou grato pelo suporte que todos vocês também sempre me deram em relação ao curso, nunca duvidando da minha vontade genuína de cursar as ciências sociais ou do meu comprometimento para com o curso. Carol, obrigado pela dica sobre fazer uma bolsa de iniciação científica, pois realmente isso me ajudou muito!

Termino meus agradecimentos novamente dizendo um “muito obrigado!” a todos e todas que me apoiaram nestes quatro anos de graduação. Foi um prazer!

“O povo não abandona com tanta facilidade suas antigas formas, como alguns pretendem sugerir (...) e, se houver imperfeições de origem ou adventícias, introduzidas pelo tempo ou pela corrupção, não é empresa fácil conseguir que sejam mudadas, mesmo quando o mundo todo vê que há oportunidades de o fazer”

John Locke, Dois tratados sobre o governo, pg.582

RESUMO

O presente trabalho busca elaborar um exercício de identificação do posicionamento no espectro ideológico aqui representado pela díade “esquerda-direita”, com foco na identificação de onde se encontram as dez siglas partidárias que foram criadas entre os anos de 2005 e de 2015 no Brasil, chamadas conceitualmente de novos partidos. Partimos do pressuposto de que a dicotomia “esquerda-direita” não está ultrapassada, como nos aponta o cientista político Norberto Bobbio (apesar de muito ser criticada atualmente), podendo, portanto, nortear a discussão que buscamos aqui realizar, nos proporcionando respostas para as indagações feitas acerca da posição dos novos partidos diante dos polos ideológicos propostos. Com a finalidade de contribuir para com a discussão proposta pela questão principal levantada, foram analisados os programas partidários dos partidos a partir da metodologia desenvolvida pelo *Manifesto Research Group (MRG)*, levando em conta as adaptações propostas no *MRG* por **Tarouco e Madeira (2013)** para a realidade político-partidária brasileira.

Palavras-chave: novos partidos; ideologia; direita; esquerda; *manifesto research group*

ABSTRACT

The present work seeks to elaborate an exercise of identification of the positioning in the ideological spectrum represented here by the "left-right" dyad, with a focus on identifying where are the ten party acronyms that were created between 2005 and 2015 in Brazil, conceptually called new parties. We start with the assumption that the "left-right" dichotomy is not outdated, as appointed by the political scientist Norberto Bobbio (although it is much criticized today) and can therefore guide the discussion we seek to achieve here, providing us with answers to the questions asked about the position of the new parties before the proposed ideological poles. In order to contribute to the discussion proposed by the main question raised, party programs were analyzed based on the methodology developed by the *Manifesto Research Group (MRG)*, taking into account the adaptations proposed in the MRG by Tarouco and Madeira (2013) for the Brazilian political parties reality.

Key-words: novos partidos; ideologia; direita; esquerda; *manifesto research group*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OS NOVOS PARTIDOS NO BRASIL: DEFINIÇÃO CONCEITUAL.....	12
.....	
2.1 Novos partidos: o que é um novo partido.....	12
2.2 As análises sobre os novos partidos ao redor do globo	13
2.3 O caso brasileiro.....	15
2.3.1 Quais são os novos partidos brasileiros?	15
2.3.2 Os incentivos para que os novos partidos surjam	15
3. OS CONCEITOS DE DIREITA E DE ESQUERDA E A IMPORTÂNCIA DE OS ESTUDARMOS NO SÉCULO XXI.....	19
3.1 Esquerda e direita ainda são conceitos válidos?	19
3.2 Esquerda e direita como conceitos	22
4. MÉTODOS DE ANÁLISE DE CLASSIFICAÇÃO DE POSIÇÕES POLÍTICAS	29
4.1 Os diferentes métodos de análise de classificação de posicionamento político: quanto à autoria da classificação	29
4.2 Os diferentes métodos de análise de classificação de posicionamento político: quanto aos elementos utilizados na classificação	31
4.3 Porquê analisar os programas?	33
4.4 Como utilizar o método MRG?	35
4.4.1 Quais as variáveis para classificar os partidos como de direita ou de esquerda? ...	37
4.4.2. A aplicação do modelo MRG ao contexto brasileiro.....	40
4.4.3 Quais as variáveis para classificar os partidos como conservador ou liberal?	44
4.4.4 Estudos anteriores	46
5. ANÁLISE DA IDEOLOGIA DOS NOVOS PARTIDOS A PARTIR DO MRG	47
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

Em meio à redemocratização pós ditadura civil-militar, o multipartidarismo brasileiro foi tomando forma, com a criação de novos partidos praticamente de ano em ano. Entre 1988 e 1998, não existiu um ano sequer no qual partidos políticos não tivessem sido criados, dos mais diferentes espectros ideológicos¹. O surgimento do PSL (Partido Social Liberal) no ano de 1998 encerra este período de expansão partidária que perdurou entre o ano de 1981 e 1998.

Após esses anos, uma lacuna no surgimento de novos partidos se deu entre 1999 e 2004, até que PSOL e PRB fossem fundados. Então, uma nova onda de partidos começou a surgir (KRAUSE *et al.*, 2017). Em um espaço de apenas 10 anos (2005-2015), o Brasil viu onze novos partidos surgirem na arena política, sendo eles: eles o PRB (Partido Republicano Brasileiro), o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), o PR (Partido da República), o PSD (Partido Social Democrático), o PROS (Partido Republicano da Ordem Social), o SD (SOLIDARIEDADE), o PPL (Partido Pátria Livre), o PEN (Partido Ecológico Nacional) – agora renomeado como PATRIOTA –, a REDE (REDE SUSTENTABILIDADE), o PMB (Partido da Mulher Brasileira) e o NOVO (Partido NOVO).

Estudos acerca destes novos partidos brasileiros acima citados têm sido feitos, apesar de serem ainda em pouco número. Poderíamos citar o trabalho de Bennech (2016), que estuda o surgimento de novos partidos no Brasil entre os anos de 1979 e 2015 a partir das dimensões do aspecto político, do contexto socioeconômico e do arcabouço legal, levando em conta ainda o contexto social da “Nova Democracia”. Também podemos citar o estudo de Silva (2013) acerca da formação e composição partidária do PSOL; o estudo de Krause; Gerardi & Schaefer (2017) sobre a máquina político-eleitoral do PSD; o estudo de Oliveira (2016), que discute a formação da Rede Sustentabilidade enquanto um novo partido ligado fortemente ao movimento ambientalista; o trabalho de conclusão de curso (TCC) de Schaefer (2015), que aborda as condições do surgimento do PROS, do PSD e do Solidariedade; o trabalho de Almeida (2016), que debate também o surgimento de Solidariedade, PSD e PROS; por fim, podemos citar o trabalho de Barbosa, Schaefer & Ribas (2017), que disserta acerca dos candidatos e dos eleitos pelos novos partidos NOVO, PMB e REDE, assim como sobre a estrutura organizacional e estatutária desses partidos.

¹ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em 03 out. 2018.

Partindo do pressuposto de que a díade “direita-esquerda” se mantém viva nos dias de hoje apesar das críticas que a ela são dirigidas (BOBBIO, 1995), o presente trabalho procura respostas para a seguinte questão: “Como os novos partidos, criados entre 2005 e 2015, podem ser identificados no que concerne ao seu espectro ideológico?”. Por conseguinte, este estudo busca localizar os chamados dez novos partidos – a exclusão do PR se dá por ele não ser considerado um novo partido, como será explicado adiante – dentro do espectro político – ideológico brasileiro, com a finalidade de se entender melhor o que procuram propor como políticas públicas ao posicionarem-se dentro da povoada arena político-partidária do Brasil.

O presente trabalho subdivide-se da seguinte maneira: na primeira parte, é apresentado o conceito de “novo partido”, juntamente a um breve histórico de estudos – que tenham este conceito como temática – ao redor do globo. Também é analisada a incidência de novos partidos no Brasil; na segunda parte do trabalho, são abordados os conceitos de “direita” e de “esquerda” a partir dos olhares de uma gama de autores que abordam esta temática – cabe salientar, entretanto, que o autor do presente estudo optou por basear a maior parte dessa segunda seção do trabalho no autor italiano Norberto Bobbio. Ademais, é feita a defesa da atualidade da díade “direita-esquerda” na política; na terceira parte da pesquisa, um rol de metodologias de classificação de posicionamento político de partidos é discutido. Em adendo, são apresentados trabalhos científicos representantes de cada metodologia exposta. Por fim, são explicadas as razões da escolha do método *MRG* para a presente pesquisa; na quarta parte, os resultados obtidos através da análise dos dados empíricos do presente estudo são expostos, discutidos e interpretados; por fim, na última parte do trabalho localizam-se as considerações finais.

2 OS NOVOS PARTIDOS NO BRASIL: DEFINIÇÃO CONCEITUAL

2.1 Novos partidos: o que é um novo partido

O fenômeno do surgimento dos novos partidos data da década de 1970 na Europa, e desde então tem despertado o interesse dos analistas. Os motivos que explicam o aparecimento destes novos competidores, do seu caráter de “novidade”, as suas bandeiras, e o grau de sucesso eleitoral têm sido trabalhados por cientistas políticos que encontram nos novos partidos um terreno de estudos fértil. Desde então, tanto em democracias recentes (VAN COTT, 2003; LOSADA e LIENDO, 2015; KESTLER *et al.*, 2013) quanto em consolidadas (BOLLEYER, 2013; WILLEY 1998; HARMEL & ROBERTSON, 1985), novos partidos têm surgido na arena política.

Os novos partidos, como aponta Schaefer (2015), podem surgir de diversas maneiras diferentes. Muitas vezes estes partidos surgem devido a novas demandas sociais que não são abarcadas pelos partidos que estão no cenário político, como é o caso dos Partidos Verdes – respondendo às demandas ambientais e de preocupação com a sustentabilidade do planeta – ou dos partidos pautados na bandeira da anti-imigração – como ocorre atualmente na Europa; outras vezes, os novos partidos surgem para incluir uma parcela da população de uma sociedade que até então era marginalizada e não tinha acesso aos espaços de poder que a política representa – como no caso dos Partidos Indígenas na Bolívia (SCHAEFER, 2015; VAN COTT, 2003), ou do partido “Frente Favela Brasil”² que atualmente busca assinaturas para ter seu registro oficializado no TSE; os novos partidos também podem emergir após traumas sociais, como no caso da queda de regimes políticos ditatoriais na América Latina, o que gerou a ascensão de partidos de esquerda na região (SCHAEFER, 2015; LÓPEZ, 2005).

Novos partidos também podem surgir através de instrumentos institucionais que facilitem e incentivem a criação daqueles (SCHAEFER, 2015). A existência de uma legislação eleitoral que contenha sistema de votação proporcional – e que, por conseguinte, impulsione o multipartidarismo – pode ser mais permissiva, por exemplo, para com a ascensão de partidos sem estrutura sólida nas mais altas instâncias representativas (SCHAEFER, 2015; HARMEL & ROBERTSON, 1985; WILLEY, 1998). Uma legislação partidária que conte com um fundo partidário público e que não coloque demasiados empecilhos para o registro de novas siglas

² Disponível em: < <http://www.frentefavelabrasil.org.br/>>. Acesso em 08 set 2018.

pode também ser um ótimo incentivo para a criação de novos partidos (SCHAEFER, 2015), assim como o tipo de sistema de governo – como exemplo temos o federalismo, cuja descentralização propicia a criação de siglas regionais (SCHAEFER, 2015).

Por fim, os novos partidos podem emergir apenas como sendo fruto da movimentação dos atores políticos dentro da arena política. Nesse caso, é comum elites partidárias insatisfeitas com a sua posição dentro do campo de poder se reorganizarem em torno de um novo partido (SCHAEER, 2015). Facilitadores para que esses casos ocorram podem ser a existência de um “líder carismático” ou de organizações da sociedade civil por trás dos novos partidos – como no caso do “Solidariedade”, novo partido enraizado na “Força Sindical”, uma das maiores organizações sindicais do país (HAUSS & RAYSIDE, 1978).

No Brasil, como mostraremos adiante, existem fortes incentivos institucionais para a criação de novos partidos. Da mesma forma, a criação de siglas partidárias devido a reorganizações de atores políticos dentro do campo de poder político é bem frequente. Mas claramente não podemos negar que existam também casos de surgimento de partidos por demandas sociais e inclusão de novos atores na disputa política institucionalizada.

2.2 As análises sobre os novos partidos ao redor do globo

De acordo com Bolleyer (2013), a grande maioria dos novos partidos surgidos em democracias avançadas se dividem entre as seguintes pautas, surgidas majoritariamente de demandas sociais: os “partidos verdes”, partidos novos de direita, novos partidos liberais e de esquerda, assim como partidos religiosos e partidos de “uma pauta só”. Apesar da vasta gama de novos partidos, a maioria dos estudos se focaram em analisar os “partidos verdes” e também os partidos de extrema direita, majoritariamente siglas europeias anti-imigração. Bolleyer (2013) detecta que, em pouco mais de quatro décadas, desde 1970, cerca de 140 novas siglas partidárias tiveram acesso ao parlamento se olharmos para os 17 países de democracia avançada que Bolleyer analisa em seu estudo. Desses 140, apenas uma minoria conseguiu se estabelecer no sistema político-partidário de seus países, dado que a maioria das siglas desapareceu pouco tempo após alcançar certa visibilidade política.

O estudo de Harmel e Robertson (1985) também focaliza seus esforços na análise de novos partidos surgidos nas democracias avançadas do Norte do globo. Os autores buscaram explicar, em seu trabalho, as condições sistêmicas que fizeram com que 233 novos partidos criados em 19 democracias diferentes de 1960 até 1980 emergissem na arena política de seus

respectivos países. Os autores também abordam as condições que cercam estes partidos no que consta ao sucesso – ou ao insucesso – eleitoral dos mesmos, chegando à conclusão de que o principal fator que fez estes partidos terem sucesso eleitoral era o tipo de sistema eleitoral no qual estavam inseridos.

Buscando examinar a estrutura eleitoral das chamadas “velhas democracias” – ou democracias consolidadas/avançadas – cuja influência sobre a estrutura partidária dos sistemas políticos é enorme, Willey (1998) reuniu dados e pesquisou sobre todos os novos partidos que receberam votos em eleições nacionais surgidos em dezoito democracias após a Segunda Guerra Mundial. Willey buscou mais especificamente em seu estudo apontar de que forma as estruturas eleitorais destas democracias afetavam o sucesso – ou insucesso – eleitoral dos novos partidos, semelhante ao trabalho desenvolvido por Harmer e Robertson (1985).

Bolleyer e todos os demais autores citados fizeram uma grande contribuição para os estudos sobre novos partidos, porém seus trabalhos focam apenas em siglas partidárias do “norte” do globo. Contudo, existem também estudos sobre o fenômeno dos novos partidos voltados para outras partes do planeta, como a América Latina - região que mais nos interessa neste presente trabalho, dado que é a região na qual o Brasil se insere.

Na América Latina, Van Cott (2003) realiza um estudo acerca das eleições bolivianas de 2002, com foco nos partidos indígenas em ascensão. O autor busca compreender quais foram as variáveis mais importantes para o surgimento dos partidos indígenas no país, em uma onda política que levou a Bolívia a eleger posteriormente o seu primeiro presidente indígena, Evo Morales.

Temos também a contribuição de López (2005), que, aproveitando-se de um contexto de reorganização dos partidos políticos latino-americanos após os processos de transição democrática – processos estes que tinham a finalidade de se adaptarem às novas demandas postas através do déficit de representação do modelo tradicional democrático-representativo –, buscou analisar o surgimento de novos partidos que desafiavam as antigas siglas partidárias, então imersas em descredibilidade. López observa que o nível de institucionalização de um sistema partidário está diretamente associado ao nível de êxito e fracasso dos novos partidos desafiantes (LÓPEZ, 2005).

Já Losada e Liendo, (2015), em seu estudo, analisam o peso do surgimento dos novos partidos na Colômbia durante o período que vai de 1986 a 2010, especificamente no que se refere às eleições para o Senado que ocorreram neste período de estudo. Juntamente à análise

dos novos partidos, Losada e Liendo também observam a decadência dos partidos considerados “tradicionais”.

2.3 O caso brasileiro

2.3.1 Quais são os novos partidos brasileiros?

Poucos trabalhos existem acerca do universo dos novos partidos no Brasil, e muitas dimensões destas legendas ainda estão a ser investigadas, apesar de alguns pesquisadores já terem se debruçado sob este fenômeno (SILVA, 2013, CODATO *et al.*, 2015; SCHAEFER, 2015; KRAUSE *et al.*, 2017; BARBOSA *et al.*, 2017,).

Os novos partidos brasileiros são acima de tudo assim chamados, na perspectiva adotada pelo presente trabalho, através de um recorte temporal. Após o vácuo de surgimento de partidos que se deu entre 1999 e 2004, um grupo de novos partidos começa a surgir a partir de 2005, e este é o recorte fundamental que nós utilizamos para defini-los como sendo “novos”. Cabe ressaltar aqui que o PR (Partido da República) foi excluído da categoria de novos partidos, e, portanto, excluído da presente análise. Isso se deve ao fato dele ser fruto de uma fusão partidária entre os antigos PL (Partido Liberal) e PRONA (Partido da Reedificação da Ordem Nacional), o que não o caracteriza como sendo “novo”, já que sua criação se dá através de um mero realinhamento de elites já inseridas no Congresso por meio de um processo de fusão partidária entre dois partidos consolidados. Portanto, para além do critério cronológico que enquadra os partidos como sendo “novos” ou não dado o seu ano de fundação, não foram considerados como novos partidos aqueles que surgiram por meio de fusão partidária, assim como o faz Bolin (2014).

2.3.2 Os incentivos para que os novos partidos surjam

As siglas políticas que emergiram no cenário político brasileiro em geral e especificamente os partidos que foram criados a partir de 2005 – durante os governos petistas – normalmente são movimentos internos do aparato estatal, ou seja, não são formados espontaneamente em um movimento da sociedade civil para o Estado. Ao contrário, estas novas siglas tendem a surgir de rachas que ocorrem dentro das organizações partidárias já consolidadas, a partir de tensões entre membros destas mesmas. Membros dos antigos partidos que se sentem insatisfeitos com os mesmos procuram, então, se acomodar nestas novas siglas.

Exemplos de partidos novos criados para acomodar políticos insatisfeitos estão dentro do conjunto de siglas partidárias trabalhadas nesta pesquisa. O PSD e o PROS, por exemplo, cooptaram membros de partidos de oposição ao governo da ex-Presidente Dilma Rousseff – como o DEM -, ou de partidos que haviam saído da base de sustentação do mesmo governo – políticos do PSB, por exemplo, como os irmãos Cid e Ciro Gomes (ALMEIDA, 2016). Realocados no PROS e no PSD, estes políticos passaram a sustentar o governo Dilma, apoiando-o. Outro exemplo (ALMEIDA, 2016) é o do SOLIDARIEDADE, que fora criado para ser oposição ao governo Dilma, após cooptar membros insatisfeitos de partidos que sustentavam Dilma, como o PMDB e o PDT. Percebemos, portanto, que as novas siglas criadas no Brasil servem, em grande parte, como pontes entre congressistas que pretendem sair da oposição e ir para o governo e vice-versa.

Um elemento que nos ajuda a compreender a formação de novos partidos e a consequente migração de parlamentares já com mandatos no Congresso para eles é a legislação partidária brasileira. Até a data de criação deste grupo de dez novos partidos aqui analisados, o surgimento de novas siglas era facilitado e incentivado pela legislação (ALMEIDA, 2016), já que após ser registrado, e independentemente de possuir ou não representação na Câmara de Deputados, um partido já teria acesso ao chamado “fundo partidário”, que remete a uma quantidade enorme de dinheiro à disposição do partido. Como exemplo (ALMEIDA, 2016), no ano de 2013, o PPL não possuía representação alguma na Câmara, porém recebia anualmente do fundo partidário R\$ 484.230,47 reais (TSE 2014).

Ainda tratando sobre a legislação, uma resolução do TSE³ que estabeleceu regras mais restritivas das migrações partidárias teve efeito de incentivar a criação de novos partidos. No entendimento jurídico do tribunal, e que passou a valer então como regra em todo o país, o mandato de um congressista pertenceria ao partido e não ao político. As exceções para permissão de migração partidária se dariam nos seguintes casos: a) perseguição política, b) mudança da ideologia do partido, c) se ficasse comprovado que o político se elegeu apenas com seus votos, não “necessitando” da votação partidária para atingir o quociente eleitoral, e, finalmente, d) se a migração se desse em direção a um novo partido. Esta resolução do TSE acabou ajudando na criação dos novos partidos, assim como no preenchimento de seus quadros

³ Resolução nº 22.610, de 25 de outubro de 2007 – Brasília/DF – TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/normas-editadas-pelo-tse/resolucao-nb0-22.610-de-25-de-outubro-de-2007-brasilia-2013-df>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

com parlamentares veteranos, já que se filiar a um partido novo permitia com estes políticos pudessem ter uma justificativa para saírem das siglas em que se encontravam antes.

Para além disso, há o fator “tempo de mídia” em campanhas eleitorais. Nesse ponto, a criação de novos partidos é incentivada devido à “moeda de barganha” que pequenos partidos têm para somar tempo de mídia eleitoral aos maiores partidos. Nas palavras de Almeida (2016, p. 77):

Durante as campanhas eleitorais, a distribuição é feita da seguinte forma: um terço do tempo é distribuído entre todos os partidos políticos e os outros dois terços são distribuídos conforme a representatividade de cada um dos partidos dentro da Câmara dos Deputados. Quando há coligações, o tempo de exposição na mídia de todos os partidos da coligação é somado. Neste caso, os partidos pequenos contam com uma moeda de barganha. Eles têm a possibilidade de se coligar a outras legendas, na esperança de, por exemplo, alcançar cargos políticos em algum governo.

Contudo, em relação a essas duas maneiras de incentivo de criação de novos partidos no Brasil – acesso irrestrito ao fundo eleitoral e barganha por tempo de mídia –, ocorreram mudanças recentes na legislação. Duas novas legislações que remetem a esses assuntos foram criadas. Quanto ao acesso ao fundo eleitoral e à barganha por tempo de mídia, a “PEC 33/2017”⁴, aprovada pelo Congresso Nacional em 2017, prevê a criação de cláusulas de barreira eleitorais no que se refere ao acesso ao fundo eleitoral e ao horário gratuito de mídia. Essas novas cláusulas de desempenho afirmam que os partidos políticos que não elegerem ao menos nove deputados federais distribuídos em um mínimo de nove unidades federativas não terão acesso ao fundo eleitoral e tampouco a tempo de TV. Esta nova medida será gradativamente imposta aos partidos até as eleições de 2030, quando, para obter acesso ao fundo eleitoral e ao tempo gratuito de mídia, os partidos políticos terão que eleger ao mínimo 15 deputados federais distribuídos entre nove unidades da federação. Essa cláusula já está válida para as eleições gerais de 2018.

Outra cláusula diz respeito às coligações proporcionais em eleições para deputados e vereadores. A partir das eleições municipais de 2020, serão proibidas as coligações entre partidos para pleitos proporcionais. Com essa medida, busca-se minar a influência dos candidatos “puxadores de voto” que, devido à suas expressivas votações, ajudam a eleger um grupo de outros candidatos com votações inexpressivas de múltiplos partidos coligados ao partido do “puxador”.

⁴ Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/03/aprovado-fim-das-coligacoes-em-eleicoes-proporcionais-a-partir-de-2020>>. Acesso em: 5 de novembro de 2018

Cabe destacar, entretanto, que essas cláusulas de barreira criadas no ano de 2017 não afetaram o surgimento dos novos partidos aqui estudados, dado que estes foram criados anteriormente à sua promulgação. Todavia, é necessário ressaltar que, a partir desta legislação, torna-se menos atraente a criação de novos partidos. Afinal, sem poder formar coligações em eleições proporcionais, novos partidos pequenos perdem a chance de barganhar por tempo de TV e rádio com as demais siglas. E, mesmo que pudessem formar coligações, os pequenos partidos só conseguirão acesso a minutos de mídia e ao fundo eleitoral para barganhar, caso elejam um mínimo de nove deputados federais nas eleições de 2018, um mínimo de 11 deputados federais em 2022, e assim gradativamente até o ano de 2030.

3 OS CONCEITOS DE DIREITA E DE ESQUERDA E A IMPORTÂNCIA DE OS ESTUDARMOS NO SÉCULO XXI

3.1 Esquerda e direita ainda são conceitos válidos?

Muitos autores afirmam que a distinção entre direita e esquerda não teria mais lugar na realidade contemporânea, principalmente após a queda do Muro de Berlim e do regime socialista, que pôs um fim na Guerra Fria entre as democracias liberais de mercado – lideradas pelos Estados Unidos – e os regimes socialistas de economias planificadas – representados pelo poder soviético da URSS. Haveríamos chegado ao “fim da história” (FUKUYAMA, 1992), momento no qual o liberalismo e as forças capitalistas teriam obtido uma grande vitória em cima de seus adversários políticos de esquerda.

Juntamente – e apesar de defender a continuidade da díade “direita-esquerda” nos dias atuais – Bobbio (1995) ressalta que, após a queda do Muro de Berlim, diversos autores como Anthony Giddens (1994, 2006) e Francis Fukuyama (1992) alertam para que o advento da chamada “pós-modernidade” teria posto um fim – ou teria ao menos enfraquecido – à díade esquerda-direita a partir da complexificação das democracias liberais. Neste cenário, os diversos atores políticos se combinariam de formas tão diferentes que seria simplificador usarmos ainda a dicotomia direita e esquerda. A chamada “crise das ideologias”, indicada por Bobbio, também daria surgimento a outros fenômenos como o surgimento de pautas “transversais” e “pós-materialistas” (INGLEHART, 1977, 1990, 2001), que circulam entre a direita e a esquerda sem se colarem a nenhuma das duas posições (ex.: partidos verdes).

Heywood (2010) caracteriza as ideologias “pós-materialistas” como sendo “novas”, em contraponto às chamadas ideologias “clássicas”. Dentro do rol deste grupo, estariam ideologias como as do socialismo, anarquismo, liberalismo, conservadorismo, fascismo e nacionalismo, todas dando maior importância às questões materiais e econômicas. Já no grupo das ideologias “novas”, teríamos como exemplares o feminismo, o ecologismo, o multiculturalismo e o fundamentalismo religioso, todas estas dando maior importância à aspectos culturais e de valores sociais.

Impulsionadas pelo desenvolvimento humano e socioeconômico de algumas sociedades mais desenvolvidas dentro do chamado “Ocidente” – majoritariamente nações europeias pós-industriais ou industrialmente avançadas –, cujas políticas de *welfare-state* tiveram grande impacto no aumento da qualidade de vida das pessoas na segunda metade do século XX, as

pautas pós-materialistas surgiriam após a superação das questões materiais e elementares na vida dos indivíduos (INGLEHART e WELZEL, 2005). Antes preocupados essencialmente com a própria sobrevivência em uma realidade cotidiana violenta, insegura, circundada com extrema pobreza material e escassez de recursos e com desafios à própria reprodução física, indivíduos desses Estados mais social e economicamente desenvolvidos agora passariam a dar valor e importância às pautas de teor mais voltado a questões de longo prazo, transcendentais e subjetivas que não envolveriam questões acerca da sua sobrevivência imediata como seres humanos, agora já “solucionadas” (RIBEIRO, 2007).

Na esteira das pautas pós-materialistas, há o surgimento dos movimentos de “terceira via” (BOBBIO, 1988), (GIDDENS, 1999), e também a aproximação ideológica da esquerda e da direita – uma conversão ao centro, o que levariam a uma anulação das diferenças que as separavam anteriormente –, fatores estes que também teriam sepultado esta dicotomia política.

Segundo Bobbio (1995), outro fator que de tempos em tempos leva a uma parte da sociedade a defender que a díade esquerda-direita tenha chegado a um fim, seria o enfraquecimento de uma das partes desta polarização. Ora, em um cenário em que a esquerda – para utilizarmos o exemplo do final dos anos oitenta, após a derrocada do regime soviético – estaria enfraquecida diante de uma direita crescente, é provável que dentro deste espectro político em decadência surjam vozes que neguem a díade. Afinal, enfraquecer a si próprio seria a única maneira de enfraquecer também a existência do adversário político, dado que ambos vivem um para o outro: não existe esquerda sem direita e não existe direita sem esquerda.

Muitas vezes a impressão de que há uma conversão discursiva dos atores de ambos os espectros ideológicos para um mesmo ponto de defesa de ideias também gera em uma população a ideia de que esquerda e direita não mais existem. Isso ocorre pois ambos os discursos agiriam da mesma maneira, utilizando-se dos mesmos artifícios e dos mesmos vícios para agir politicamente (BOBBIO, 1995). Nesta visão, a divisão ideológica não passaria de uma ficção, de um teatro.

Bobbio (1995) discute todas estas argumentações que defendem que o fim da díade esquerda-direita é um fato, propondo contrapô-las desenvolvendo argumentos. Ao argumento da “crise das ideologias”, objeta-se que as estas últimas nunca morrem, dado que a árvore da ideologia sempre estaria gerando frutos (BOBBIO, 1995). As ideologias, com o passar do tempo, são substituídas por outras, mas nunca cessam de existir. Neste ponto, alega o autor, o próprio ato de afirmar que há uma “crise das ideologias” é algo ideológico (BOBBIO, 1995).

A isso, adicionemos outro fato histórico elencado agora por Bresser Pereira (1997): direita e esquerda mudaram muito as suas essências desde a Revolução Francesa. Se nos séculos XVIII e na primeira metade do século XIX a esquerda era composta por liberais burgueses reformistas e a direita por conservadores aristocratas, na segunda metade do século XIX e de forma definitiva durante o século XX os liberais foram “empurrados” para a direita, na medida em que surgiram os socialistas e comunistas (BRESSER-PEREIRA, 1997). A diáde sobreviveu apesar da mudança interna em sua composição, assim como ainda muda até os dias de hoje, sem necessariamente ter que desaparecer.

O caráter resiliente das categorias de direita e esquerda – que persistem em se adaptarem às mudanças sócio históricas, continuando atuais – ficam evidentes como nos diz Revelli (1990). De acordo com o autor, estes conceitos são relativos, e não absolutos, podendo se referir a diferentes discursos e ideais dependendo do contexto histórico o qual são inseridos em debate. Nesse ponto, chamar alguém de “direitista” ou de “esquerdista” difere substancialmente de chamar alguém de “liberal” ou de “comunista”, pois, enquanto que estes dois últimos termos se referem a um pacote de características ideológicas imutáveis e atemporais, “direita” e “esquerda” podem se referir a diferentes discursos e ideais dependendo do contexto histórico, não sendo conceitos fixos, mas mutáveis e temporais. Esquerda e direita, portanto, não representam algo intrínseco em um universo político, não são conceitos ontológicos, mas sim construções discursivas (REVELLI, 1990).

Ademais, direita e esquerda não podem ser considerados apenas em termos de dois ideários metafísicos (BOBBIO, 1995), pois tais conceitos são mobilizados também quando tratamos de ação política pragmática. Quando uma sociedade se depara com um problema político a ser resolvido, muitas vozes ecoarão de vários lados com soluções para o problema. Cada uma dessas vozes possui, para além de meras ideias metafísicas, interesses e valores materiais que se chocam um com os outros, causando o que chamamos de uma disputa política. O que Bobbio (1995) nos procura mostrar é que este lado “prático” dos conceitos de direita e esquerda não podem ser ignorados, na medida em que ações políticas baseadas em interesses distintos e conflitantes estão sempre presentes nas sociedades.

Segundo Bobbio (1995), também é problemática a afirmação de que a complexidade das democracias pluralistas contemporâneas – com seus múltiplos atores sociais cujos interesses hora se sobrepõem, ora se chocam, e hora se aliam – dissolveriam a dicotomia esquerda-direita. É claro que é ingênuo acreditarmos que em uma dada população apenas existem elementos ou de esquerda ou de direita, em uma espécie de jogo de soma zero. Mas é

a maleabilidade da esquerda e da direita diante do jogo político-ideológico que permite que estes dois conceitos sobrevivam às mudanças sócio históricas que os afetam.

De acordo com Bobbio (1995), dentre os dois polos nos quais se encontram a direita e a esquerda, existe um enorme espaço no qual posições intermediárias, que agregam elementos de ambos os lados, se encontram. Usualmente, chamamos este espaço de “centro”. Esta é uma visão *triádica* da política, na qual Bobbio (1995) identifica a existência do chamado “Terceiro Incluído”. Este último ocuparia justamente este espaço intermediário que vaga entre os dois polos, porém, longe de representar uma “ameaça” à existência da tríade, pois este “centro”, antes de mais nada, só existe por causa da tríade. Ou seja, é a polarização entre esquerda e direita que possibilita um espaço mediano, cuja existência só reafirma a persistência desta dicotomia. De forma alguma, portanto, uma posição central elimina a dualidade esquerda-direita. Nas palavras de Bobbio (1995, p. 36):

Nada de estranho: entre o branco e o preto pode existir o cinza; entre o dia e a noite há o crepúsculo. Mas o cinza não elimina a diferença entre o branco e o preto, nem o crepúsculo elimina a diferença entre a noite e o dia.

3.2 Esquerda e direita como conceitos

Como fora dito anteriormente, os termos “direita e esquerda” remetem à Revolução Francesa (1789-1799), devido à posição na qual os membros da reunião dos Estados Gerais se distribuía: a ala dos adeptos do igualitarismo e dos reformistas sociais sentavam-se à esquerda do rei, e a ala dos aristocratas e conservadores, à direita do rei (TAROUCO e MADEIRA, 2013).

Desta época em diante, até pelo menos a metade do século XIX, os liberais – esquerda – compunham a vanguarda progressista da sociedade diante do conservadorismo de direita (BRESSER PEREIRA, 1997). Porém, com o surgimento, entre o fim do século XIX e o começo do século XX, dos partidos socialistas e comunistas na Europa (BOBBIO, 1995; TAROUCO e MADEIRA, 2013; ROSAS e FERREIRA, 2014), os liberais foram jogados para o centro ou mesmo para a direita, deslocando, portanto, ainda mais os conservadores para o polo extremo da direita. O advento da socialdemocracia no começo do século XX, das políticas econômicas keynesianas na década de 1930, e dos Estados redistributivos de bem-estar social também contribuíram para essa mudança de posições dentro da tríade direita-esquerda (TAROUCO e MADEIRA, 2013). No senso comum, os liberais passaram a ser de direita – em países como França e Itália – ou de centro – em países como Alemanha e Inglaterra, sendo exceção os

“*liberals*” dos Estados Unidos, que se mantinham na esquerda (BOBBIO, 1995) De acordo com Rosas e Ferreira (2014), as ideias socialistas não conseguiram a mesma adesão que alcançaram na Europa nos EUA. Isso se deve a aspectos histórico-culturais estadunidenses, como uma adesão extrema do conjunto da população ao individualismo, à meritocracia e à propriedade privada. Apenas após o “*New Deal*” proposto pelo então presidente Franklin Roosevelt, é que o eixo político-ideológico “direita-esquerda” modificou-se nos EUA, com os “*liberals*” adotando ideais de um Estado forte e mais intervencionista, e os “*conservatives*” se opondo a essa radicalização dos seus oponentes políticos, colocando-se então como defensores do Estado mínimo e do “*laissez-faire*”. Dadas as devidas mudanças históricas, essa configuração se mantém nos EUA até hoje com a figura do Partido Democrata - liberal – e do seu opositor, o Partido Republicano – conservador.

Mas o que seria o principal fator que dividiria esquerda e direita, em todos estes casos? Como nos mostram Márcia Dias (2012) e Tarouco e Madeira (2013), o autor Antony Downs (1999), em seus estudos, afirma que a questão direita-esquerda pode ser definida a partir da formulação da seguinte pergunta: “quanta intervenção governamental deve haver na economia?” Para Downs, enquanto que a extrema direita, por um lado, defenderia políticas radicais de incentivo ao livre-mercado, a extrema esquerda, por outro lado, defenderia medidas de intervenção econômica fortes. Entre as posições extremas, haveriam diversos outros posicionamentos mais moderados, que flertariam em diversos níveis com uma maior aproximação ao intervencionismo estatal ou com a ortodoxia econômica de viés liberal. Portanto, de acordo com a perspectiva deste autor (DOWNS, 1999), o que definiria se um partido possui ideais mais ligados à esquerda ou à direita seria justamente questões econômicas e de atritos entre classes sociais.

Posteriormente a Downs, Bobbio (1995) nos oferece uma outra resposta para a questão da diferenciação entre direita e esquerda: a questão da igualdade. Enquanto a esquerda sempre procuraria a igualdade – e, muitas vezes, o seu primo utópico, o igualitarismo total –, a direita daria menos importância para tal fator, prestando mais atenção para temas como a liberdade e a ordem. Seguindo este raciocínio, enquanto que a esquerda tomaria a maioria das desigualdades como sendo sociais – ou seja, não sendo intrínsecas à natureza dos indivíduos, mas sim fruto de uma construção da sociedade que os cerca –, a direita as tomaria como sendo naturais – ou seja, como sendo essenciais à forma de agir dos homens, não podendo ser modificadas. A esquerda, portanto, veria a desigualdade por um viés de artificialidade, enquanto a direita a veria sob um viés de naturalidade.

Bobbio afirma que essa tese de que o principal fator de discordância entre esquerda e direita em um plano geral seria o juízo de valor negativo ou positivo dado pelos respectivos lados à questão da igualdade, recorre a um nível de abstração muito alto, o que se caracterizaria em uma distinção entre dois tipos ideais de direita e esquerda, para usarmos a metodologia weberiana. Porém, *grosso modo*, Bobbio nos convida a descermos um pouco à realidade material para observarmos como estes tipos ideais funcionam na prática. Diante de uma crise de imigração de populações de países mais pobres para países ricos, por exemplo, há a emergência de conflitos entre as duas populações. O grau de tolerância que divide atitudes mais conflitivas por parte da população do país que recebe os imigrantes, de atitudes mais receptivas, diz respeito à mobilização de traços igualitários ou de traços inigualitários perante à população de imigrantes. Caso os indivíduos do país receptor vejam na população do país imigrante indivíduos tão ou quase iguais quanto eles próprios, há uma tendência maior a manifestações amistosas entre ambas as partes. Porém, caso os indivíduos do país acolhedor vejam nos imigrantes pessoas desiguais em relação a eles próprios, há uma probabilidade maior de haver conflitos entre os grupos - é importante aqui frisar que, no exemplo posto, o que está em jogo não é a questão dos dois grupos tratados serem iguais ou não, mas sim a percepção que um grupo social tem do outro. Portanto, argumenta Bobbio (1995), aproximam-se do tipo ideal de direita aqueles que privilegiam um caráter mais inigualitário, enquanto que se aproximam da esquerda aqueles que privilegiam um caráter mais igualitário. Nas palavras de Bobbio: “Igualitário é quem tende a atenuar as diferenças, inigualitário quem tende a acentuá-las” (BOBBIO, 1995, p. 109).

Em resumo, o que Bobbio nos mostra é que:

(...) o elemento que melhor caracteriza as doutrinas que se chamam de ‘esquerda’, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas com tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais (BOBBIO, 1995, p.110)

É justamente desta relação para com a igualdade que nasce o conflito entre liberdade e igualdade, que também caracteriza a díade direita-esquerda. A direita privilegia a liberdade em detrimento da igualdade, enquanto que a esquerda privilegia a igualdade em detrimento da liberdade. De acordo com Bobbio (1995), uma maior igualdade entre indivíduos de um grupo social acarreta, quase sempre, em uma diminuição das liberdades individuais das pessoas. Sem precisar recorrer para a famosa dicotomia entre os dois modelos socioeconômicos que

dominaram a segunda metade do século XX no que chamamos de “Guerra Fria”, Bobbio nos fornece inúmeros exemplos que indicam como o aumento de igualdade pode gerar diminuição de liberdades:

Uma norma igualitária que impusesse a todos os cidadãos a utilização somente dos meios de transporte público para aliviar o tráfego ofenderia a liberdade de escolher o meio de transporte preferido. A escola secundária única, tal como instituída na Itália para todos os jovens após os estudos primários, veio ao encontro da exigência de se igualar os pontos de partida, mas limitou a liberdade antes existente, ao menos para alguns, de escolher entre vários tipos de escola (BOBBIO, 1995, p. 113)

Bobbio chama atenção também para o fato de que mexer com a questão da igualdade requer necessariamente modificar a extensão da esfera pública – aqui observa-se que a igualdade existe na relação entre duas ou mais pessoas, não sendo possível uma pessoa ser tornar “mais igual a si mesma”, como o é possível em relação às liberdades. Portanto, diz o autor, aumentar ou diminuir a igualdade em uma sociedade faz com que a relação entre indivíduos de diferentes características necessariamente se transforme. Essa mudança implica, por sua vez, melhorias para uma parte e prejuízos à outra –, o que pode acarretar consequências nem sempre desejáveis para alguns indivíduos em suas esferas privadas, dado que suas liberdades podem ser prejudicadas (BOBBIO, 1995). É importante lembrar: ao contrário do conceito de igualdade, o de liberdade não existe dependente da relação entre duas ou mais pessoas, pois as liberdades são individuais, de cada um. Nas palavras do autor italiano:

Em geral, qualquer extensão da esfera pública por razões igualitárias, na medida em que precisa ser imposta, restringe a liberdade de escolha na esfera privada, que é intrinsecamente inigualitária, pois a liberdade privada dos ricos é muito mais ampla do que a liberdade privada dos pobres. (BOBBIO, 1995, p. 113)

Segundo Bobbio (1995), mesmo no caso da fortificação de relações igualitárias que, teoricamente, parecem não afetar as liberdades de outrem, como no caso da implementação do sufrágio universal feminino, existe a possibilidade de perda de liberdade, mesmo que sutil. Neste caso, por exemplo: os homens não deixariam de votar porque as mulheres agora o fazem, ao que parece que não há perda de liberdade por parte deles. Entretanto, a perda de liberdade pode ser identificada na diminuição do tamanho de poder que eles passam a exercer na escolha dos governantes agora que as eleições dos mesmos não dependem apenas deles próprios, mas também do eleitorado feminino.

Para além da questão de igualdade-liberdade, Bobbio pontua sobre a questão do eixo liberdade-autoridade. Para o autor, porém, este eixo não representaria bem a díade direita-esquerda, pois ambos os lados dessa díade não seriam definidos por serem uma coisa ou outra, mas sim, poderiam adquirir suas características. Ou seja, a direita pode ser autoritária ou

libertária, assim como a esquerda o pode ser. Bobbio coloca que as extremidades de cada lado do espectro político – a extrema esquerda e a extrema direita – se “encontrariam”, então, no que se refere ao flerte com práticas autoritárias.

Apesar das contribuições de Bobbio, não é apenas ele que trata dos conceitos de esquerda e direita na literatura. Para além dele e do próprio Downs, outros autores debateram a questão da díade direita-esquerda não só durante o século XX, mas também contemporaneamente.

Por exemplo, Giddens (1996) crê no enfraquecimento da díade “direita-esquerda” no final do século XX e começo do século XXI. Para este teórico, a divisão entre estes dois conceitos ainda existiria, mas apenas de uma maneira muito superficial. Mesmo nutrido suas dúvidas em relação à manutenção da díade em questão, é interessante vermos a visão do autor sobre o tema. Giddens propõe que a relevância desta dicotomia entre direita e esquerda se dá através das visões de ambas as partes em relação às desigualdades. A direita tenderia a naturalizar as desigualdades, aceitando-as até como uma ferramenta importante no incentivo ao desenvolvimento econômico capitalista. A esquerda, por sua vez, pautaria suas ações criticando as desigualdades e não as vendo como naturais, e tampouco benéficas. Proponente e defensor da “terceira via” socialdemocrata, Giddens (2000) enxerga o *welfare-state* como sendo um pivô da atual diferenciação entre a “nova esquerda” – que desistiu de derrubar o sistema capitalista, adquirindo caráter reformista e com a proposta de humanizar o capitalismo – e a “nova direita” – os “neoliberais”, proponentes do Estado mínimo e focados nos aspectos econômicos do liberalismo. A “nova esquerda” seria, portanto, uma defensora do *welfare-state*, em contraponto aos “neoliberais”, críticos daquele.

No Brasil, os debates propostos no exterior sobre esquerda e direita no fim do século XX repercutiram. A partir de pesquisas de viés de cultura política realizadas com eleitores sobre o auto posicionamento destes em relação à díade “esquerda-direita” nas eleições de 1989 e de 1994 no Brasil, Singer (2000) questiona a divisão proposta por Bobbio (1995) aplicada à realidade brasileira, no que se refere a esta díade. Singer aponta para o fato de a maioria do eleitorado de direita no Brasil ser composto por populações de baixa renda. Isso explicaria a questão de o eleitorado de direita no Brasil não se opor à busca pela igualdade, e não dar preferência à liberdade em detrimento daquela. Singer não nega a importância dos conceitos de igualdade e liberdade para a análise da ideologia da população e da classe política brasileira, mas reitera que estas variáveis não possuem grande peso na diferenciação entre os conceitos de esquerda e direita.

Bresser-Pereira (1997), por sua vez, propõe uma outra classificação de direita e esquerda. Apesar de suas raízes na área da economia, Bresser-Pereira costuma realizar contribuições significantes na área da ciência política brasileira. Para o autor brasileiro, a esquerda daria preferência à justiça social em detrimento da ordem, pois arriscaria esta última pela busca da justiça. Já a direita não colocaria a ordem em risco para buscar a justiça social. Percebe-se que o autor não utiliza a díade “liberdade-igualdade” para diferir a esquerda da direita, pois, para o mesmo, esta dicotomia não representa bem a diferença entre estes dois lados do espectro político-partidário. Para Bresser-Pereira, há outros dois conceitos que são fundamentais nas sociedades contemporâneas: ordem e justiça. Nas palavras de Bresser-Pereira (1997, p. 55):

Todos desejam a ordem, a segurança, a estabilidade, e todos também querem a justiça, a equidade, senão a igualdade pelo menos a igualdade de oportunidade. Mas quando a ordem é tão importante para alguém a ponto de não arriscar nada em nome dela, essa pessoa será conservadora, será de direita. Quando, porém, estiver disposta a arriscar a ordem (e a democracia no limite já é um risco à ordem) em nome da justiça, então será de esquerda.

Quando escreve que os indivíduos de esquerda tendem a arriscar a ordem pela busca da justiça social, Bresser Pereira ressalta que estes indivíduos buscam arriscar, e não acabar com a ordem. Pois quem procura acabar com uma ordem estabelecida o faz por ser um extremista ou um revolucionário, e ser considerado um extremista ou um revolucionário não é uma característica fundamental para definir uma pessoa como sendo de direita ou esquerda. Afinal, ambos os lados desta díade “esquerda-direita” podem tomar atitudes radicais do gênero, sejam estas com a finalidade de instaurar a igualdade plena – esquerda –, ou com os fins de restaurar uma ordem corrompida – direita (BRESSER-PEREIRA, 1997). Singer (2000) tende a se aproximar de Bresser Pereira em relação à questão da ordem na sociedade brasileira, propondo que, apesar de no Brasil tanto a direita quanto a esquerda serem a favor da busca pela igualdade, a maneira como os atores políticos almejam a igualdade os diferenciariam. Enquanto a direita buscaria alcançar esta igualdade por dentro do Estado e da ordem, a esquerda apostaria nos movimentos sociais e na sociedade civil, denunciando a repressão estatal e causando certa instabilidade.

Já com um olhar do século atual, os portugueses Rosas e Ferreira (2014), ao analisarem a díade “esquerda-direita” ao final do século XX e no início do século XXI, indicam que o cenário que observamos hoje em dia no que se refere a tal polarização se dá a partir de um processo de “liberalização” tanto do socialismo, quanto do conservadorismo. Ou seja, afirmam os autores, nas últimas décadas o liberalismo econômico tem influenciado tanto a esquerda

quanto a direita, fazendo com que socialistas e conservadores se adaptem a alguns ideais liberais. Enquanto que os conservadores teriam se juntado ao liberalismo econômico, no fenômeno que conhecemos como “neoliberalismo” – e que perdura até os dias atuais como sistema econômico dominante –, os socialistas, por sua vez, teriam cedido a ideias liberais após o surgimento da já comentada “terceira via”, cuja defesa predominaria no polo da esquerda mundial. Portanto, de acordo com Rosas e Ferreira (2014), as ideologias *mainstream* representantes de cada um dos polos da díade “direita-esquerda” hoje em dia seriam, pela esquerda, o “liberal-socialismo” – ou “social-liberalismo” –, e pela direita, o “liberal-conservadorismo”.

Os novos partidos de direita brasileiros parecem se encaixar nesta classificação de “liberais-conservadores”, se olharmos para o texto de Codato, Bolognesi e Roeder (2015) dentro do livro “Direita, volver!”. Analisando a ascensão da chamada “nova direita” latino-americana – e sobretudo brasileira - na segunda década do século XXI, Adriano Codato, Bruno Bolognesi e Karolina Mattos Roeder (2015) observam que os novos partidos de direita na região possuem algumas diferenças dos velhos partidos de direita, apesar de manterem em seu seio os elementos clássicos das siglas deste lado do espectro político-ideológico – defesa do livre-mercado e do capitalismo, além da adesão a valores tradicionais. O diferencial desta “nova direita” seria que seus adeptos do século XXI na América Latina teriam se adaptado às políticas sociais postas em prática pelas esquerdas, passando a simpatizar e a defender estas políticas. Outro aspecto característico destes novos partidos de direita seria o fato deles se distanciarem dos regimes autoritários que governaram os países latino-americanos. De acordo com os autores, Solidariedade, PSD, PEN e o PRB – quatro dos considerados dez novos partidos brasileiros – seriam representantes da “nova direita”, por exemplo. Os dois últimos possuem bases cristãs, representando duas igrejas neopentecostais – a Assembleia de Deus e a Universal do Reino de Deus, respectivamente.

Ainda no livro “Direita, volver!”, André Kaysel (2015) ressalta que o Partido dos Trabalhadores, ao assumir o poder no Brasil no começo do século XXI, absorveu pautas liberais – no sentido econômico – deslocando-se em direção ao centro político-ideológico. Este movimento se assemelha muito com o que Rosas e Ferreira (2014) apontam em relação às esquerdas do século XXI, que, agarradas à preceitos liberalizantes, adquirem características de “terceira via”, adaptadas ao capitalismo.

4 MÉTODOS DE ANÁLISE DE CLASSIFICAÇÃO DE POSIÇÕES POLÍTICAS

Dada a existência de diversas maneiras de classificar o posicionamento político dos partidos, serão abordados agora alguns dos métodos que podem ser utilizados nesta classificação. Fazendo uso do trabalho de Tarouco e Madeira (2013), foi possível realizar uma análise ampla de cada método, os quais serão descritos a seguir, onde também buscaremos demonstrar as limitações de cada um deles, assim como explicar as razões das escolhas metodológicas feitas neste trabalho.

4.1. Os diferentes métodos de análise de classificação de posicionamento político: quanto à autoria da classificação

Como indica a literatura especializada (TAROUCO e MADEIRA 2013; SCHEEFFER, 2017), existem diferentes métodos a serem utilizados se buscamos identificar a posição política de partidos políticos dentro do espectro “direita – esquerda”. *Grosso modo*, todos os métodos de mensuração de ideologia podem ser divididos em dois grandes grupos, que diferem entre si pelo fato de um se basear na visão dos próprios membros dos partidos acerca de sua ideologia, enquanto o segundo baseia-se na identificação que outros possuem acerca dos partidos - eleitores e especialistas acadêmicos, por exemplo (TAROUCO e MADEIRA, 2013). Nesse sentido, podemos colocar dentro do primeiro grupo, por exemplo, os seguintes métodos:

a) realizar *surveys* ou questionários com os próprios membros dos partidos, perguntando qual seria a opinião dos mesmos acerca dos temas dos quais procuramos respostas, como o faz o trabalho realizado por Power e Zucco (2009). Neste estudo, os referidos autores realizaram um *survey* com mais de 850 legisladores federais brasileiros entre os anos de 1990 e 2005, no qual os congressistas tinham que classificar partidos políticos dentro o espectro ideológico formado pelos polos “esquerda-direita”;

b) e analisar declarações do próprio partido coletadas em programas, manifestos ou discursos das siglas políticas, como o fazem Tarouco, (2007, 2008) e Tarouco e Madeira, (2009), ao utilizarem o método *MRG*;

O problema que cerca o método de classificação direta, no qual o próprio parlamentar responde se se considera de direita, centro ou esquerda, se dá pelo seguinte motivo: nem todos os atores políticos perguntados podem ter em mente as mesmas definições sobre o que seria

esquerda e direita. Essa heterogeneidade de ideias sobre o mesmo assunto comprometeria a mensuração dos dados.

Já em relação ao grupo de metodologias que se baseiam na análise indireta – ou seja, nas quais a auto identificação e o auto posicionamento dos atores não são considerados provedores de respostas por si só –, podemos elencar os seguintes métodos (TAROUCO e MADEIRA, 2013):

- (i) Analisar a postura assumida dos políticos estudados no parlamento (Leoni, 2002; Roma, 2003, 2004) – seja através somente da análise dos líderes partidários ou de todos os membros das siglas em questão –, muitas vezes por meio do estudo das votações plenárias ou da análise sobre projetos propostos, como o fazem Dias; Menezes e Da Cunha Ferreira (2012). Em seu estudo sobre a 51ª Legislatura da Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul (ALERGS), Márcia Dias, Daiane Menezes e Geison da Cunha Ferreira avaliam as características de projetos propostos por líderes partidários, analisando, portanto, o posicionamento de cada partido, seja mais à esquerda ou mais à direita, dado o conteúdo dos projetos propostos pelos mesmos no Plénário;
- (ii) Realizar questionários com especialistas e acadêmicos acerca do posicionamento ideológico dos partidos, como o fizeram Wiesehomeier e Benoit (2007) – a partir de um *survey* com analistas brasileiros –, Coppedge (1997) – compilando avaliações anteriores de analistas – e Lamounier (1989) – baseando-se em avaliações da imprensa. Em relação a este método de *surveys* com especialistas – sejam estes acadêmicos ou da imprensa – é importante o pesquisador atentar para o uso de critérios claros ao coletar os dados, sendo que é extremamente importante sabermos quais recortes de atuação dos partidos políticos foram utilizados pelos especialistas na hora da análise que realizaram. Ao aplicar este método, o pesquisador tem que ter certeza de que todos os especialistas consultados partiram do mesmo recorte empírico para a análise. Afinal, é bem provável que um especialista tenha uma visão diferente de um partido que ele analisou anteriormente caso a primeira análise feita por ele tenha sido sobre o programa do partido, e a segunda sobre a atuação de seus parlamentares no governo. Para evitar questões subjetivas como esta, atenta-se para a rigorosidade da aplicação dos *surveys*.

- (iii) E realizar *surveys* com o eleitorado, atendo-se à percepção e ao comportamento dos eleitores em relação à ideologia dos partidos, assim como à imagem que a opinião pública forma sobre os políticos (Carreirão, 2002, 2007, 2008; Telles e Storni, 2009; Kinzo e Braga, 2003). Yan Carreirão (Carreirão, 2002) procura testar a hipótese levantada por André Singer, de que a “identificação ideológica” seria um fator vital na escolha dos eleitores brasileiros para a Presidência da República. Com esse propósito, Carreirão analisa *surveys* realizados entre os anos de 1989 e 1997 com eleitores brasileiros acerca de ideologia. Em outro trabalho, (Carreirão, 2007), o autor analisa as eleições gerais de 2002 e de 2006, utilizando-se de material empírico de duas pesquisas realizadas pelo ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) para buscar a existência de correlações entre os sentimentos nutridos pelo eleitor brasileiro em relação aos partidos, a sua identificação para com estes, e os votos nas eleições presidenciais de 2002 e de 2006. Por fim, Carreirão (2008) se baseia nos dados de quatro *surveys* realizados com o eleitorado brasileiro em 1990, 1997, 2002 e 2007, com a finalidade de perceber se haveria a ocorrência de alterações na opinião política dos eleitores ao longo do tempo, assim como se haveria a existência de uma “estrutura” que fundamente as opiniões políticas. Já Helcimara Telles e Tiago Storni realizaram um *survey* com eleitores, no contexto da eleição municipal de 2008 em Belo Horizonte-MG, para identificar o perfil de grupos de eleitores, e localizar quais aspectos eram mais determinantes na escolha do novo prefeito da capital mineira, para os eleitores da cidade. O problema da classificação ideológica feita pela visão dos eleitores seria de que a percepção do eleitorado sobre as siglas políticas deveria consistir-se em uma variável dependente, podendo esta coincidir com a posição política autoproclamada pelos partidos, como apontam Budge (2000) e Budge e Volkens *et. al.* (2001).

4.2. Os diferentes métodos de análise de classificação de posicionamento político: quanto aos elementos utilizados na classificação

Também é necessário colocar em evidência aqui os dois grupos que diferem em termos da estratégia de escolha de elementos de classificação no processo de mensuração de posições políticas (TAROUCO e MADEIRA, 2013). Enquanto que um grupo de estudos privilegia estratégias nas quais as siglas partidárias são identificadas de forma direta com posições do eixo direita-esquerda, outro grupo dá preferência a estratégias nas quais outras categorias são

tomadas como indicativas desse posicionamento e usadas para dizer qual a posição ideológica do partido (TAROUCO e MADEIRA, 2013).

Em relação ao primeiro grupo, a metodologia costuma tomar como dada uma classificação anterior, sem, portanto, entrar em uma discussão sobre o conteúdo dos rótulos de direita e esquerda em si (TAROUCO e MADEIRA, 2013). Este é o caso de classificações feitas por meio de *surveys* nos quais eleitores, especialistas ou políticos, por exemplo, fornecem as localizações de si próprios ou de outros dentro do eixo direita-esquerda (TAROUCO e MADEIRA, 2013). Entretanto, há um problema com este método. Nas palavras dos próprios autores (2013, p. 153):

O problema da classificação direta (utilizada pelos métodos do primeiro grupo) é que cada entrevistado pode ter um entendimento diferente do que seja esquerda e direita e isso pode comprometer a validade da mensuração.

Já em relação ao segundo grupo, a metodologia classificativa costuma valer-se de comportamentos ou opiniões tratadas pelo pesquisador como sendo significativas de cada uma das posições ideológicas, e, a partir daí, são elaboradas escalas nas quais os pesquisados – sejam eles políticos, partidos ou eleitores – são posicionados. Exemplos de pesquisas que estão inseridas neste grupo são os *surveys* com perguntas sobre questões que o pesquisador julga como sendo indicativas de certas posições ideológicas, as análises sobre atuação parlamentar e também as análises de documentos partidários, como programas e manifestos (TAROUCO e MADEIRA, 2013)

O problema de determinar o posicionamento dos atores políticos por meios indiretos, ou seja, analisando o comportamento dos políticos dentro do Congresso – seja por meio de votações nominais ou por meio de discursos e demais posicionamentos –, seria de que: nas configurações presidenciais multipartidárias como é o caso brasileiro, como nos mostra Zucco Jr. (2009), os posicionamentos dos atores não se baseariam apenas na sua ideologia, mas também em cálculos racionais e na relação entre governo e oposição – e entre os partidos em si. Desse modo, sendo muitos posicionamentos tomados pelos atores políticos mais pragmáticos do que necessariamente programáticos, ocorreria uma distorção analítica. Além disso, esse método acarreta outro problema, que é o de como o pesquisador definiria quais categorias de atitudes, comportamentos e discursos levariam-no a caracterizar um ator político como sendo de direita, centro ou esquerda.

Dentro deste método, ainda pode-se chamar a atenção para uma outra questão: o pesquisador pode, em seu trabalho, querer determinar o posicionamento político dos parlamentares de dez partidos políticos, por exemplo. Para otimizar o tempo de pesquisa, ele pode acabar por analisar apenas os discursos e posicionamentos em votações nominais dos líderes de cada partido. Ora, isso pode levar a um outro problema de mensuração de dados evidente, dado que o líder do partido não representa por si só todos os demais membros da sigla.

De acordo com a literatura, e sendo as posições políticas conceitos abstratos cujos métodos de mensuração apenas conseguem colocar luz à algumas de suas inúmeras manifestações empíricas, nenhum desses métodos é infalível, possuindo seus defeitos e vantagens (TAROUCO e MADEIRA, 2013). Cabe ao pesquisador, dependendo do que busca em sua pesquisa, comparar os métodos com a finalidade de escolher um destes, que pareça ser o mais viável para com o objetivo e pergunta a ser respondida no trabalho.

4.3. Porquê analisar os programas?

Discutidos todos os métodos de análise de classificação de posicionamento político, foi escolhido para o presente trabalho o método de mensuração de posicionamento político baseado no que é proposto pelo *Manifestos Research Group (MRG)*, movimento de pesquisa ligado ao *European Consortium for Political Research (ECPR)*, proposto em 1979 com o objetivo de pesquisar manifestos de partidos da Europa. Os dados advindos do MRG geraram um banco de dados que é mantido pelo *Comparative Manifesto Project (CMP)*, no *Wissenschaftszentrum*, em Berlim, tendo em seu acervo dados acerca de posicionamentos políticos de 780 partidos de 54 países a partir do pós-guerra feitos a partir de suas ênfases programáticas (TAROUCO E MADEIRA, 2013). O método do MRG (VOLKENS 2001) propõe uma escala de ideologia através de categorias confeccionadas para a análise de programas de partidos, que se baseia na *Saliency Theory*, desenvolvida por Robertson (1976). Segundo este autor, partidos políticos competem enfatizando diferentes temas em seus programas, de modo que, como afirmam Tarouco e Madeira (2013, p. 153):

(...) cada partido seleciona questões de uma agenda universal para concentrar atenção e esforços de campanha, formular propostas de políticas e priorizar nos governos. O que varia e terminaria por distinguir um partido do outro é a proeminência atribuída a cada questão naquilo que cada partido oferece publicamente como conjunto de suas preferências políticas: seus documentos programáticos.

Mas afinal, por que escolhemos o método de análise de programas e estatutos para classificar os novos partidos dentro do espectro ideológico “direita – esquerda”? Ora, essa escolha se dá por uma opção analítica que privilegia a imagem que os partidos procuram passar para a opinião pública – aos seus eleitores, aos seus militantes, aos partidos adversários e também à imprensa –, através de uma identidade construída através de manifestos e documentos programáticos e projetada à sociedade. De acordo com Tarouco e Madeira (2013), estes posicionamentos ideológicos guardam certa consistência, não sendo meramente aleatórios. Os manifestos nos mostram quais são as ênfases programáticas e as preferências políticas de cada partido independentemente da prática política, mesmo que na chamada *realpolitik* os partidos tenham que se adaptar ao pragmatismo do presidencialismo de coalizão brasileiro. Os programas dos partidos, desse modo, refletem as suas posições em relação à sociedade de forma mais clara e certa, escapando aos subjetivismos expressos por meio dos posicionamentos políticos de seus membros em votações no Congresso e de interpretações de terceiros – sejam eleitores ou especialistas.

É evidente que, assim como os métodos mostrados anteriormente, o método escolhido também possui fragilidades: o principal problema da análise de documentos programáticos e de estatutos para definirmos as posições ideológicas dos partidos se daria, como aponta Miguel (2010), pelo fato de ser reducionista considerarmos que as disputas políticas se baseiam apenas em embates entre programas partidários diferentes. Seria o outro lado da moeda do problema que notamos em relação à determinação de posicionamentos políticos por meios indiretos, o que já fora debatido anteriormente. Desse modo, a análise apenas de programas desconsideraria o jogo político do dia-a-dia, no qual alianças pragmáticas entre partidos de ideologias diferentes resultariam em atuações que deturpariam a ideologia base de cada partido. Em busca de ganhos de poder dentro do cenário político, mesmo que os fins buscados pelos partidos estejam de acordo com os seus programas, as siglas podem acabar orientando-se de forma pragmática em votações e posicionamentos no Congresso. Apesar deste aspecto negativo, o método escolhido também possui muitos pontos fortes – já abordados –, e se mostrou como sendo o mais viável para o presente trabalho.

Assim como o fazem Tarouco e Madeira (2013), neste trabalho os programas considerados para análise não se constituem nos documentos de campanha – como fora realizado pelo CMP em relação aos estudos de partidos europeus –, mas sim nos programas registrados dos partidos. Tal medida, em tese, diminui a influência dos componentes de cálculo político e eleitoral levados em conta pelas siglas partidárias durante campanhas eleitorais,

deixando estes documentos mais propensos a indicarem as posições políticas dos partidos em sua essência.

4.4. Como utilizar o método do MRG?

Depois de demonstrar qual seria a metodologia empregada para a coleta de dados, ou seja, por meio de qual material iríamos coletá-los, se mostra necessário agora expormos de forma mais minuciosa as etapas do procedimento de coleta de dados do MRG, o qual é utilizado por Tarouco (2007), que, por sua vez, propõe algumas modificações do modelo europeu à realidade política brasileira principalmente no que se refere às variáveis que foram escolhidas para classificarmos os partidos dentro do espectro ideológico “esquerda-direita”.

Como já foi dito anteriormente, o *Manifestos Research Group (MRG)*, o grupo proponente do método de mensuração que utilizo na presente pesquisa, foi lançado em 1979, com o objetivo de estudar o posicionamento partidário das siglas políticas em diversos países, majoritariamente europeus, dado que o grupo está instalado no velho continente. Posteriormente, a partir de 1989, o *Social Science Research Centre Berlin (WZB)* – Centro de Pesquisa em Ciências Sociais de Berlim - tem promovido a expansão do material didático do grupo, divulgando o seu método de pesquisa e alimentando pesquisadores de todo o mundo com valiosos recursos metodológicos a serem aplicados em seus respectivos países em pesquisas de classificação da posição político partidária de partidos (VOLKENS, 2001). O método de mensuração de posicionamento político por parte de partidos que será utilizado neste trabalho baseado no MRG será exposto nos próximos parágrafos.

O método do MRG é fundamentado essencialmente em uma unidade de análise de conteúdo chamada de “*quasi-sentence*”, ou seja, como um argumento que expresse verbalmente uma ideia política ou questão. Um período longo pode conter mais de uma *quasi-sentence*, assim como um argumento grande pode ser por si só apenas uma *quasi-sentence* (TAROUCO e MADEIRA, 2013). Assim como no trabalho de Tarouco e Madeira (2013), no presente trabalho, conforme está posto no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa do ano de 2001:

(...) a unidade de análise dos textos é a frase, ou seja, a ‘construção que encerra um sentido completo, podendo ser formada por uma ou mais palavras, com verbo ou sem ele, ou por uma ou mais orações; pode ser afirmativa, negativa, interrogativa, exclamativa ou imperativa, o que, na fala, é expresso por entonação típica e, na escrita, pelos sinais de pontuação.

A escolha da frase como unidade de análise evita erros que pudessem ocorrer caso a unidade fosse as palavras ou parágrafos. No primeiro caso, ter como unidade de análise as palavras pode muitas vezes ignorar o contexto no qual a palavra está posta, alterando seu significado. Levar em conta a frase inteira, neste caso, evita tais erros. Já no segundo caso, a presença de mais de uma categoria de análise dentro de um único parágrafo – e, portanto, de mais de um argumento – pode gerar confusão, fazendo o pesquisador tomar uma decisão subjetiva e arbitrária quanto ao seu conteúdo.

Também é necessário deixar claro que tabelas, estatísticas, cabeçalhos de seção e observações introdutórias de líderes de partido não são consideradas como *quasi-sentences* neste trabalho, já que:

(...) algumas partes da plataforma, como estatísticas, tabelas de conteúdo e cabeçalhos de seção não são consideradas como texto a ser codificado e, portanto, não contam como quase-sentenças. As observações introdutórias dos líderes partidários são igualmente ignoradas, pois o tipo ideal de plataforma é definido como declarações autoritativas das partes. Todas as outras partes de uma plataforma constituem a base da análise. O número total de unidades de análise é igual ao número total de quase-frases identificadas para o texto relevante de uma determinada plataforma. (VOLKENS, 2001, p. 5)

O protocolo de codificação do MRG se baseia em 56 categorias, sendo que cada *quasi-sentence* será catalogada como pertencente a uma destas categorias, exceto àquelas que não sejam referentes a nenhuma destas últimas, como será explicado posteriormente. Segundo Budge *et al.* (2001), os critérios que fundamentam o esquema de classificação do MRG em uma das 56 categorias de código analíticas consideradas são: a) partir do pressuposto de que certas frases que possam passar a ideia de não serem classificadas como pertencentes a algumas das 56 categorias dadas, possam, entretanto, serem parte de uma discussão mais abrangente que se dá por meio de diversas outras frases que tratem de um problema, tendo, portanto, funções de ligação ou estilística.

Neste contexto, classificam-se (BUDGE *et al.* 2001) estas frases em questão a partir do contexto, aplicando a mesma categoria que está sendo utilizada para as frases ao redor a ela; b) considerar que frases que não pertençam a nenhuma categoria listada e tampouco sejam passíveis de caracterização via contexto sejam classificadas, então, como possuidoras de “assunto discrepante”, ou seja, dentro do conceito do código “000”. Frases de preâmbulos e narrativas históricas também devem ser classificadas como “000”; c) ter em mente que, caso de frases ambíguas, que pareçam poder ser classificadas em mais de uma categoria, deve-se decidir

pela escolha de apenas uma classificação, tomando como critério de decisão, em primeiro lugar, o contexto do parágrafo, e em segundo lugar o título do capítulo no qual a frase está alocada; d) por fim, devemos ter em mente que, em casos de frases que realmente sejam aplicáveis em duas categorias ou mais, há uma escala de prioridades que definirá a categoria na qual àquelas sejam aplicáveis verdadeiramente (BUDGE *et al.* 2001). Esta escala se apresenta de forma na qual posições políticas específicas (domínios 1 a 6) se sobrepõem a grupos sociais (grupo 7), com a exceção do grupo “agricultura” (703), do grupo “autoridade política” (305) e dos objetivos “econômicos gerais” (408).

Segundo o que nos mostram Budge *et al.* (2001), após dividirmos o texto de um manifesto político em *quasi-sentences* e de classificar cada uma destas dentro do eixo “direita-esquerda”, definiremos a proporção de texto voltada para as categorias de esquerda e de direita dentro do manifesto. Isso será feito levando em conta que valores negativos referem-se a categorias de esquerda, e valores positivos, às de direita. Assim sendo, a posição de um partido dentro da escala proposta será dada pela diferença entre a proporção (em %) de textos de direita e de esquerda no manifesto. Portanto:

(...) Um caso hipotético em que um manifesto inteiro fosse dedicado a categorias de esquerda teria o valor de -100; por outro lado, um documento cujo texto contivesse apenas categorias de direita teria o valor de +100 na escala. ” (TAROUCO E MADEIRA, 2013, p. 155)

4.4.1. Quais as variáveis para classificar os partidos como de direita ou de esquerda?

Chegamos, finalmente, às categorias em si. No total, com o intuito de classificar ideologicamente os manifestos partidários em suas mais diversas variâncias, o *MRG* formulou 56 categorias conceituais de análise. Estas categorias são distribuídas entre sete “domínios”, sendo que cada domínio refere-se a um grupo determinado de políticas públicas e de ideais políticos que se aproximam no tocante à área temática (Ex.: Domínio 1: Relações Exteriores). Dentre estas 56 categorias, o próprio *MRG* também selecionou 26 destas, que serviriam especificamente como uma escala para classificar politicamente os partidos entre o eixo “direita” e “esquerda”. Abaixo, temos o “Quadro 1”, que expõe as 56 categorias gerais do *MRG*, assim como o “Quadro 2”, que evidencia as 26 categorias utilizadas na escala “direita-esquerda” – no “Quadro 2”, o sinal de subtração “-“ que divide o mesmo se refere ao método *MRG*, no qual a posição de um partido dentro da escala proposta será dada pela diferença entre a

proporção (em %) de textos de direita e de esquerda. Ambos os quadros foram retirados do texto de Tarouco e Madeira (2013):

Quadro 1 – Categorias de classificação dos manifestos

Domínio 1: Relações exteriores	414 Ortodoxia econômica
101 Relações exteriores (especial): positivo	415 Análise marxista
102 Relações exteriores (especial): negativo	416 Controle do crescimento
103 Anti-Imperialismo	Domínio 5: Bem-estar e Qualidade de vida
104 Forças Armadas: positivo	501 Proteção ambiental
105 Forças Armadas: negativo	502 Cultura
106 Paz	503 Justiça social
107 Internacionalismo: positivo	504 Expansão do Welfare State
109 Internacionalismo: negativo	505 Limitação do Welfare State
Domínio 2: Liberdade e Democracia	506 Expansão da Educação
201 Liberdades e Direitos Humanos	507 Limitação da Educação
202 Democracia	Domínio 6: Estrutura da sociedade
203 Constitucionalismo: positivo	601 Nacionalismo: positivo
204 Constitucionalismo: negativo	602 Nacionalismo: negativo
Domínio 3: Sistema Político	603 Moralidade tradicional: positivo
301 Descentralização	604 Moralidade tradicional: negativo
302 Centralização	605 Lei e Ordem
303 Eficiência Governamental e Administrativa	606 Harmonia Social
304 Corrupção	607 Multiculturalismo: positivo
305 Autoridade Política	608 Multiculturalismo: negativo
Domínio 4: Economia	
401 Livre Iniciativa	Domínio 7: Grupos sociais
402 Incentivos	701 Classes trabalhadoras: positivo
403 Regulação do Mercado	702 Classes trabalhadoras: negativo
404 Planejamento Econômico	703 Agricultura, agricultores

405 Corporativismo	704 Classe média e grupos profissionais
406 Protecionismo: positivo	705 Minorias desprivilegiadas
407 Protecionismo: negativo	706 Grupos demográficos não-econômicos
408 Metas Econômicas	
409 Gerenciamento Keynesiano da demanda	
410 Produtividade	
411 Tecnologia e Infraestrutura	
412 Economia controlada	
413 Nacionalização	

FONTE: Budge *et al.* (2001).

Quadro 2 – Composição da escala esquerda-direita

Direita
104 Forças Armadas: positivo
201 Liberdades e Direitos Humanos
203 Constitucionalismo: positivo
305 Autoridade Política
401 Livre Iniciativa
402 Incentivos
407 Protecionismo: negativo
414 Ortodoxia econômica
505 Limitação do Welfare State
601 Nacionalismo: positivo
603 Moralidade tradicional: positivo
605 Lei e Ordem
606 Harmonia Social

FONTE: Klingemann *et al.* (2006).

MENOS (-)

Esquerda
103 Anti-Imperialismo
105 Forças Armadas: negativo
106 Paz
107 Internacionalismo: positivo
202 Democracia
403 Regulação do Mercado
404 Planejamento Econômico
406 Protecionismo: positivo
412 Economia controlada
413 Nacionalização
504 Expansão do Welfare State
506 Expansão da Educação
701 Classes trabalhadoras: positivo

FONTE: Klingemann et al. (2006).

4.4.2. A aplicação do modelo MRG ao contexto brasileiro

As 56 categorias que foram formuladas pelo MRG para classificar os manifestos partidários ideologicamente – e não apenas na dicotomia “esquerda *versus* direita” – foram confeccionadas em contexto europeu, assim como ocorre com as 26 categorias selecionadas a partir das 56. Sendo assim, em sua pesquisa, Tarouco (2007) conclui que o método do MRG, ao ser aplicado à realidade político-partidária brasileira, gera algumas distorções nos resultados encontrados, que diferem muito das posições políticas dos partidos do Brasil comumente atribuídas em demais trabalhos anteriores (TAROUCO e MADEIRA, 2013), como os de Zucco Jr. (2009), Lima Jr. (1993), Singer (2002), Power (2000), Kinzo e Braga (2003), Machado (2009), Power e Zucco Jr. (2009), Lamounier (1989), Coppedge (1997) e Wiesehomeier e Benoit (2007), Leoni (2002), Roma (2003, 2004).

Isso ocorre devido à algumas escolhas feitas pela equipe do MRG no que consiste à seleção de categorias que definam o campo da direita ou da esquerda que não correspondem ao contexto sócio histórico do Brasil, como, por exemplo, a definição da defesa do constitucionalismo, de liberdades e de direitos humanos como aspectos caraterísticos da direita

ou a definição da defesa do internacionalismo e da busca da paz entre os países como elementos característicos do campo da esquerda. Tarouco e Madeira (2013) explicam que tais elementos políticos pouco são relevantes no contexto de Estados-Nação ex-colônias, que não passaram pelos mesmos acontecimentos sócio históricos de revoluções por quais passaram os Estados europeus, moldando as suas visões políticas. Do mesmo modo, a defesa da democracia é uma variável que pouco afeta a diferenciação partidária no Brasil, já que praticamente todos os partidos brasileiros, dos mais diversos espectros ideológicos, defendem a democracia em seus programas, por causa do recente trauma da história brasileira: a ditadura civil-militar que governou o país por 21 anos e da qual o país ainda nutre fortes memórias.

Ademais, outro ponto que diferenciaria o Brasil da Europa neste aspecto seria a questão da igualdade (SINGER, 2002). Enquanto nos países centrais esquerda e direita se dividiriam por esta questão, no Brasil, um país desigual e pobre, a igualdade seria o fim para a direita e para a esquerda. O que diferencia a esquerda da direita brasileira em torno desta questão, seriam os meios para alcançá-la. Pois, por um lado, a direita privilegiaria a manutenção da ordem e o aumento do poder de autoridade do Estado para que a igualdade não seja onerosa para a ordem social, a esquerda, por outro lado, questionaria a autoridade do Estado no caso deste ser violento e repressor para com movimentos sociais igualitaristas. Entretanto, cabe ressaltar que a esquerda também exige força da autoridade estatal no que concerne à redistribuição de renda. Portanto, no Brasil a questão de disputa entre direita e esquerda muitas vezes estaria mais em torno do “papel do Estado”, do que da díade “liberdade-igualdade” (Bobbio, 1995) propriamente dita.

Para além destes aspectos, poderíamos citar outros, como por exemplo a reivindicação por direitos humanos, liberdade e constitucionalismo por parte da esquerda brasileira, apesar de tais temas estarem postos como exemplares de posicionamento político de direita de acordo com a escala original do *MRG*. O mesmo ocorre com a não demanda por parte desta mesma esquerda brasileira quando o assunto é internacionalismo e a paz como meta geral, sendo estas pautas originalmente de esquerda, de acordo com a escala *MRG*. A questão do liberalismo no Brasil também é ambígua, dado que muitas vezes na história brasileira é a direita que tem demandado a ação do Estado na economia. Este aspecto afasta a direita brasileira do liberalismo econômico europeu, defensor do Estado mínimo e do *laissez-faire*. Seguindo este raciocínio, é estranho à realidade brasileira classificar o protecionismo como sendo algo a ser combatido pela direita, dado que foram justamente os governos militares – normalmente classificados como de direita – que adotaram barreiras comerciais à importação que buscavam o

fortalecimento da indústria nacional. Por fim, como afirmam Tarouco e Madeira (2013), a escala do *MRG* costuma incluir como aspectos que fazem parte de um posicionamento de direita a moralidade tradicional, lei e ordem e o nacionalismo, quando, para estes autores, parece mais razoável classificar estes elementos como pertencentes ao eixo do “conservadorismo”, não confundindo o eixo esquerda-direita com o eixo progressista-conservador. Teríamos, desse jeito, dois eixos que se cruzariam, formando um campo político bidimensional. Todas estas constatações fizeram com que Tarouco e Madeira (2013) propusessem uma nova escala de classificação “direita-esquerda” para a realidade brasileira, baseada ainda no *MRG*. E é esta escala que será a utilizada neste trabalho. Vejamos como os autores a definem:

(i) como categorias indicativas de posicionamento à esquerda: regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista, expansão do Welfare State e referências positivas à classe trabalhadora; (ii) como categorias indicativas de posicionamento à direita: menções positivas às forças armadas, livre iniciativa, incentivos, ortodoxia econômica, limitação do Welfare State e referências favoráveis à classe média e grupos profissionais (para contrastar com as referências à classe operária). (TAROUCO e MADEIRA, 2013, p. 159)

Portanto, temos o seguinte quadro de categorias de posicionamento político selecionadas para a realidade política brasileira, as quais usaremos no presente trabalho para classificar os novos partidos:

Quadro 3 – Composição da escala esquerda-direita adaptada à realidade brasileira

Direita	Esquerda
104: Forças Armadas: positivo. Necessidade de manter ou aumentar gastos militares; modernização das forças armadas e melhoria da força militar; rearmamento e autodefesa; necessidade de honrar obrigações de tratados militares; necessidade de assegurar recursos humanos adequados nas forças armadas. Defesa do território e integridade. Favorecimento de militares.	403: Regulação do Mercado. Necessidade de regulações para fazer empresas privadas funcionarem melhor; ações contra monopólios e trustes e em defesa do consumidor e pequenos negócios; encorajamento da competição econômica; economia social de mercado.

<p>401: Livre Iniciativa. Menções favoráveis a capitalismo de livre iniciativa; superioridade da iniciativa-investimento individual sobre a estatal e sistemas de controle; menções favoráveis a direitos de propriedade privada, iniciativa-investimento e empreendimento pessoal; necessidade de empreendimentos-investimentos individuais desimpedidos.</p>	<p>404: Planejamento Econômico. Menções favoráveis a planejamento econômico de longo prazo de natureza consultiva ou indicativa, necessidade de o governo criar tal plano.</p>
<p>402: Incentivos. Necessidade de políticas salariais e tributárias para induzir investimento; encorajamento para novos empreendimentos; necessidade de incentivos financeiros e de outros tipos como subsídios. Apoio à pequena empresa.</p>	<p>412: Economia controlada. Necessidade geral de controle governamental da economia; controle sobre preços, salários e aluguéis etc.; intervenção estatal no sistema econômico.</p>
<p>414: Ortodoxia econômica. Necessidade de ortodoxia econômica tradicional, p. ex. redução de déficits orçamentários, redução de gastos em crises, parcimônia (reservas) e economia; apoio a instituições econômicas tradicionais, como mercado de ações e sistema bancário; apoio a /moeda forte. Inclui referências a: (i) políticas de ajuste fiscal, (ii) endividamento do estado, (iii) austeridade, (iv) equilíbrio fiscal, (v) falência do modelo nacional-desenvolvimentista e/ou sua reforma e (vi) privatizações.</p>	<p>415: Análise marxista. Referências positivas (tipicamente mas não apenas por partidos comunistas) ao uso específico da terminologia marxista-leninista e análise de situações que de outra maneira não poderiam ser codificadas. Socialismo; uso de categorias marxistas na análise; formas coletivas de propriedade; anticapitalismo.</p>
<p>505: Limitação do Welfare State. Limitação do gasto com serviços e seguridade social. Ajuste da Previdência.</p>	<p>504: Expansão do Welfare State. Menções favoráveis à necessidade de introduzir, manter ou expandir qualquer serviço social ou projeto de</p>

	seguridade social; apoio a serviços sociais como serviços de saúde ou de habitação. Essa categoria exclui educação. Inclui referências a: questões urbanas, problemas sociais e políticas sociais.
704: Classe média e grupos profissionais. Referências favoráveis à classe média, grupos profissionais, como médicos ou advogados; antiga e nova classe média. Inclui valorização do servidor público. Defesa do servidor público.	701: Classes trabalhadoras: positivo. Referências favoráveis a grupos laborais, classe trabalhadora, desempregados; apoio a sindicatos; bom tratamento de trabalhadores manuais e de outros tipos. Direitos dos trabalhadores, liberdade sindical e salários.

Fonte: Tarouco e Madeira (2013)

4.4.3. Quais as variáveis para classificar os partidos como conservador ou liberal?

Apesar de Tarouco e Madeira (2013) utilizarem, em seu trabalho, uma abordagem de classificação ideológica “bidimensional” – ou seja, que além de classificar os partidos dentro do eixo “direita-esquerda” também os classificam dentro do eixo “conservadorismo-liberalismo” – o presente trabalho não buscou alocar os novos partidos estudados dentro da diáde “liberalismo-conservadorismo”. Porém achamos pertinente abordar de forma breve as especificidades dessa outra diáde, visto que ela também poderá ser utilizada pelo autor deste trabalho em pesquisas futuras.

Como indicam Tarouco e Madeira (2013), há um debate muito extenso acerca da conceituação de “conservadorismo”, e do seus opostos, o “liberalismo” e o “progressismo”. Primeiramente é necessário, como apontam Tarouco e Madeira (2013), que haja um posicionamento acerca da dualidade a ser utilizada para fins de análise, em caso de uma pesquisa que utilize estas classificações, como a pesquisa realizada pelos dois autores: o conservadorismo se oporá ao liberalismo ou ao progressismo? Existe um debate em torno dessa questão, já que ambos o progressismo e o liberalismo se apresentam como oponentes do conservadorismo – aqui Tarouco e Madeira trabalham com a ideia de um liberalismo mais amplo, clássico e político, e não especificamente com o liberalismo econômico, que parece estar se transformando cada vez mais no porta-voz conceitual deste termo no Brasil. Assim, em sua pesquisa, Tarouco e Madeira optaram por escolher o liberalismo político como oposto ao

conservadorismo. Como nos indica a bibliografia utilizada, em seu trabalho, Tarouco e Madeira (2013, p. 100) afirmam que:

(...) consideraremos, para fins desta análise, que o conservadorismo pode ser entendido como um conjunto de posicionamentos de defesa do controle social pelo Estado contra a falibilidade do indivíduo; de defesa da tradição contra mudanças sociais radicais; de uma defesa organicista do caráter nacional. Em consequência desta definição, consideraremos que a posição oposta inclui elementos emblemáticos do liberalismo (não econômico), tais como a defesa de direitos e liberdades individuais contra a intervenção do Estado; a defesa dos direitos de minorias contra a discriminação e a segregação social; a defesa dos cidadãos contra arbitrariedades dos governos.

Para classificar os partidos como sendo conservadores ou liberais, Tarouco e Madeira (2013), selecionam, dentre as categorias do *MRG*, as seguintes: como indicativo de conservadorismo, (305) *autoridade política*; (601) *modo nacional de vida*; (603) *moralidade tradicional: positivo* e (606) *harmonia social*; como indicativos de liberalismo, (201) *liberdades e direitos humanos*, (303) *eficiência governamental e administrativa*, (604) *moralidade tradicional: negativo* e (705) *minorias desprivilegiadas*. Vejamos como ficam dispostas as categorias em um quadro:

Quadro 4 – Composição da escala conservador-liberal adaptada para a realidade brasileira

Categorias indicativas de posicionamento conservador	Categorias indicativas de posicionamento liberal
<i>(305) autoridade política</i>	<i>(201) liberdades e direitos humanos</i>
<i>(601) modo nacional de vida</i>	<i>(303) eficiência governamental e administrativa</i>
<i>(603) moralidade tradicional: positivo</i>	<i>(604) moralidade tradicional: negativo</i>
<i>(606) harmonia social</i>	<i>(705) minorias desprivilegiadas</i>

Fonte: Tarouco e Madeira (2013)

O método de quantificação e de subtração de *quasi-sentences* liberais e conservadoras no texto dos programas partidários assemelha-se ao método utilizado com as categorias de esquerda e direita: subtraímos a proporção de texto de *quasi-sentences* que se referem à categorias liberais da proporção de texto das *quasi-sentences* que remetem à categorias

conservadoras. Sendo assim, em um programa partidário hipotético em que todas as *quasi-sentences* remetessem à categorias liberais, teríamos uma escala de -100 por cento. Já em um caso hipotético no qual todas as *quasi-sentences* remetessem a categorias conservadoras, teríamos uma escala de 100 por cento.

4.4.4. Estudos anteriores

Estudos anteriores ao presente trabalho, no Brasil, vêm utilizando a abordagem metodológica do *MRG* em análises, para além de Tarouco e Madeira (2013). Mylenna Santos e José Medeiros (2017) analisaram quatro partidos – REDE, PRB, SOLIDARIEDADE, PSD – que, inclusive, compõem o grupo dos chamados novos partidos aqui estudados, utilizando-se do *MRG* nas categorias de “direita-esquerda”. Entretanto, os autores não se utilizaram das respectivas categorias do modo como serão utilizados aqui, ou seja, com as modificações propostas à realidade brasileira por Tarouco e Madeira (2013).

Tarouco e Madeira (2013), em dois trabalhos largamente citados na presente pesquisa, utilizam um modelo bidimensional em seu estudo, cruzando as dimensões de “esquerda-direita” e de “conservadorismo-liberalismo”, assim como será feito neste trabalho. Os autores também utilizam do modelo *MRG* com as suas respectivas categorias de “esquerda-direita” e de “conservadorismo-liberalismo”, analisando diversos programas de partidos desde o PDS, passando pelo PT, PDT, PPB, PP, PMDB, PTB, PFL até o PSDB.

Mariani Ferri de Holanda (2016) utiliza da adaptação feita por Tarouco e Madeira (2013) para a realidade brasileira das categorias do *MRG* para analisar os seguintes partidos: PRTB, PP, DEM, PR, PSDB e PSC.

5 ANÁLISE DA IDEOLOGIA DOS NOVOS PARTIDOS A PARTIR DO MRG

Todos os programas dos partidos políticos aqui analisados foram localizados nos respectivos *websites* dos mesmos. Alguns dos *websites* possuíam setores nos quais algumas ideias e bandeiras defendidas pelo partido eram postas, porém sem estar na forma de um documento com laudas, e (ou) sem conter um título que indicasse explicitamente que aquelas ideias faziam parte do programa oficial do partido. Com fins de obter-se uma maior precisão na coleta de dados empírica, estas ideias e valores dos partidos que se encontravam “soltos” dentro de seus *websites* não foram consideradas como sendo parte de seus programas oficiais.

Dito isso, apenas seis dos dez partidos políticos classificados como sendo os novos partidos foram analisados no presente trabalho. Infelizmente, o NOVO, o PEN – agora denominado PATRIOTA –, o PROS e o PSD não foram analisados pois seus programas não foram encontrados organizados de uma maneira clara e didática durante a busca documental por dados realizada na pesquisa. As diretrizes programáticas destes quatro partidos não se encontravam postas dentro das especificações acima expostas, em forma de documento oficial. Os quatro partidos, assim como suas respectivas fundações, foram contatados, porém, não se obteve resposta acerca de seus programas até a presente data. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também foi contatado, porém o *e-mail* enviado também não foi respondido até a data em que necessitávamos da resposta para a análise dos dados e conclusão do trabalho.

No que concerne aos seis partidos estudados, por outro lado, foram considerados para a análise os programas partidários que se encontravam disponíveis nos próprios *websites* dos partidos no mês de novembro de 2018. Como informado anteriormente neste trabalho, foram analisados os programas partidários, dividindo seu texto em *quasi-sentences*; preâmbulos e narrativas históricas dentro dos programas, assim como títulos de seções, não foram considerados para a análise; posteriormente, as *quasi-sentences* foram classificadas de acordo com a metodologia classificativa proposta em categorias de direita, esquerda ou nulas; então, foi calculada a porcentagem de *quasi-sentences* de direita, esquerda e nulas perante o texto total; por fim, foi realizada a subtração do total de *quasi-sentences* referentes a categorias de esquerda da porcentagem total de *quasi-sentences* com alusão a categorias de direita, ao que se chegou aos números da última coluna da tabela – “posição final”. É importante ressaltar que todas as etapas de coleta de dados foram feitas manualmente, sem uso de *software*, dado que nenhum programa fora indicado na bibliografia utilizada neste trabalho. A tabela 1 demonstra

os resultados obtidos, que dizem respeito à colocação dos partidos estudados dentro do eixo “esquerda-direita”:

Tabela 1 – Porcentagem de texto dedicada às categorias de esquerda e direita da escala nos manifestos e cálculo da posição dos partidos na escala

PARTIDO	DIREITA	ESQUERDA	POSIÇÃO FINAL
PSOL	1,8%	-73%	-71,2%
PMB	5,6%	-16,8%	-11,2%
REDE	0,6%	-8,3%	-7,7%
PRB	12,7%	-21,8%	-9,1%
SOLIDARIEDADE	8,1%	-33,5%	-25,4%
PPL	3%	-42,2%	-39,2%

FONTE: Elaboração própria, conforme a análise feita dos dados coletados dos programas partidários de PSOL, PMB, REDE, PRB, SOLIDARIEDADE e PPL

Percebemos que PRB, PSOL, PMB, Solidariedade, PPL e REDE possuem inclinação para uma posição político-ideológica de esquerda, de acordo com a metodologia analítica que fora aplicada na análise de seus programas partidários neste trabalho. Neste cenário, há um destaque para o PSOL e o PPL, que possuem alta pontuação de categorias de esquerda, que dialoga com uma porcentagem de categorias de direita irrelevantes em seus textos programáticos. Isso os leva a posições mais extremadas de esquerda, distanciando-se do centro. O Solidariedade também possui uma pontuação em categorias de esquerda relevante, porém, o partido possui um maior percentual de categorias de direita que o PPL e o PSOL, o que acaba por levar a sigla um pouco mais para o centro. Ainda assim, o Solidariedade evidencia ser muito mais inclinado à esquerda que PMB, REDE e PRB.

O PRB e o PMB foram os partidos que mais obtiveram um equilíbrio entre *quasi-sentences* de direita e de esquerda, colocando-se mais próximos ao centro, em uma posição ideológica que podemos chamar de “centro-esquerda”. A REDE, apesar de ser o partido mais próximo do centro dentre os seis analisados, possui um maior desequilíbrio entre *quasi-sentences* de direita e esquerda que o PMB e o PRB, pois quase não possui menções às categorias de direita em seu programa. Como um todo, podemos classificar PMB, PRB e REDE como sendo partidos de centro-esquerda, ou mesmo – principalmente no caso da REDE – de centro.

O resultado obtido pela atual pesquisa se aproxima demasiadamente dos resultados apontados por Tarouco e Madeira (2013), quando os autores aplicaram o método *MRG* para analisar os programas de onze partidos – PT, PDT, PMDB, PDS/PPR/PPB/PP, PTB, PFL/DEM e PSDB – e, então, encontraram resultados que desafiavam a posição ideológica que é normalmente atribuída a esse conjunto de partidos por eles analisados. Partidos normalmente caracterizados como sendo de “direita”, apresentaram posicionamentos mais à esquerda da dade, sendo que a maioria das siglas analisadas por Tarouco e Madeira apresentaram posições de “esquerda”, com pontuação negativa na escala *MRG*. Posteriormente, Tarouco e Madeira (2013) reformularam a escala *MRG* para a realidade brasileira - como foi dito anteriormente neste trabalho – e então reaplicaram a metodologia na análise dos mesmos onze partidos. Mesmo com esta modificação na metodologia, os autores observaram que os resultados do posicionamento dos partidos analisados continuaram a desafiar a classificação ideológica usualmente atribuída a eles. A maioria dos programas de partidos analisados por Tarouco e Madeira se puseram à esquerda do espectro “direita-esquerda”. Algo semelhante ocorre no tocante ao presente trabalho, com todos os partidos analisados se pondo à esquerda do centro. A posição do PRB na escala também surpreende neste trabalho, assim como o fizeram programas do PP e do PDS, por exemplo, no trabalho de Tarouco e Madeira (2013). Se nesta última pesquisa programas de partidos normalmente atribuídos à direita do espectro político-ideológico se mostraram como tendo inclinações à esquerda, no presente estudo, foi o PRB que fez este papel, o que se mostra uma constatação interessante.

Dando sequência à análise, a Tabela 2 mostrará a porcentagem da ocorrência de cada categoria que representa posições de direita e de esquerda por programa de partido. A porcentagem que será demonstrada na tabela a seguir se relaciona com o total de *quasi-sentences* identificadas nos textos programáticos de cada partido, mesmo àquelas *quasi-sentences* nulas, que não diziam respeito à classificações de direita e nem de esquerda. As colunas em negrito se referem à categorias classificativas de esquerda, e as que não estão em negrito, se referem às de direita.

Tabela 2 – Porcentagem da ocorrência de categorias classificativas “direita-esquerda” por programa partidário

XXX	104	401	402	414	50 5	704	403	404	412	415	504	701
-----	-----	-----	-----	-----	---------	-----	------------	------------	------------	------------	------------	------------

PSOL	0,2 %	0%	0%	0,2 %	0%	1,2 %	6,4 %	0,7 %	5,6 %	22,1 %	22,8 %	15,1 %
PMB	1,1 %	1,1 %	2,2 %	1,1 %	0%	0%	1,1 %	0%	0%	2,2%	12,3 %	1,1%
REDE	0%	0%	0,6 %	0%	0%	0%	0,6 %	0%	0%	0,6%	5,8%	1,2%
PRB	3,6 %	5,4 %	0%	3,6 %	0%	0%	1,8 %	1,8 %	0%	0%	12,7 %	5,4%
SDD	0,1 %	0,2 %	5,5 %	0%	0%	2,3 %	2,6 %	0,9 %	0,7 %	0,3%	20%	8,8%
PPL	0,9 %	0%	2,1 %	0%	0%	0%	5,8 %	0,3 %	4,9 %	5,8%	18,8 %	6,4%

FONTE: Elaboração própria, conforme a análise feita dos dados coletados dos programas partidários de PSOL, PMB, REDE, PRB, SOLIDARIEDADE e PPL

O que mais chama atenção ao observarmos a tabela acima, é a forte presença da categoria classificativa “504 *Expansão do Welfare State - Menções favoráveis à necessidade de introduzir, manter ou expandir qualquer serviço social ou projeto de seguridade social; apoio a serviços sociais como serviços de saúde ou de habitação*” (TAROUCO e MADEIRA, 2013) – importante ressaltar que esta categoria exclui referências à educação, mas inclui menções à problemas sociais, políticas sociais, e, ademais, a questões urbanas em todos os programas partidários analisados. Em todos os textos estudados, essa categoria foi a que mais apareceu.

A ocorrência massiva desta categoria de classificação – que se refere às políticas de esquerda – em todos os programas dos novos partidos parece ser o principal fator que faz com que a posição final das siglas partidárias seja no polo da esquerda. São extremamente significativas em todos os programas partidários as menções a expansão de políticas sociais, de serviços sociais, ao enfrentamento de problemas sociais e urbanos a partir da intervenção estatal, a manutenção de direitos sociais (como a previdência), entre outros elementos que se encaixam na categoria classificativa “504”.

Algumas *quasi-sentences* que não se encaixavam na categoria “504”, muitas vezes remetiam à segunda categoria que mais aparece percentualmente nos textos programáticos dos novos partidos: a categoria classificativa “701: *Classes trabalhadoras: positivo. Referências*

favoráveis a grupos laborais, classe trabalhadora, desempregados; apoio a sindicatos; bom tratamento de trabalhadores manuais e de outros tipos” (TAROUCO e MADEIRA, 2013) – que também faz referências aos direitos dos trabalhadores e a aspectos relacionados a tais direitos, como liberdade sindical e salários -, que também remete ao polo de esquerda. As citações dos novos partidos à manutenção ou aumento de salários, à proteção dos direitos dos trabalhadores, à valorização destes e também dos sindicatos, entre outros elementos do gênero, são massivas em seus programas. Juntamente com a categoria classificativa “504”, a categoria “701” parece ser a principal responsável pela classificação final dos seis novos partidos analisados no polo de esquerda da díade “direita-esquerda”.

Cabe ressaltar que a categoria de classificação número “504” do método do *MRG* foi citada diversas vezes em todos os programas partidários – a mais citada de todas as categorias -, tendo influência considerável sobre a inclinação político-partidária dos partidos analisados para a esquerda. Isso demonstra a importância que questões abarcadas pela categoria “504” - acerca do “Estado de bem-estar social” e da importância de políticas sociais e públicas de Estado – no ideário programático destes novos partidos analisados.

Antes dos apontamentos finais, ainda cabe observarmos a “Tabela 3”, para complementar a etapa de análise dos dados aqui empreendida. Esta última tabela diz respeito aos números absolutos de ocorrências de cada uma das categorias classificativas somando todos os programas analisados. As colunas em negrito se referem a categorias classificativas de esquerda, e as que não estão em negrito, se referem às de direita.

Tabela 3 – Número absoluto de ocorrências de cada uma das doze categorias classificativas, somados todos os programas

X	104	401	402	414	505	704	403	404	412	415	504	701
Ocorrências	8	6	58	4	0	25	70	13	44	111	351	163

FONTE: Elaboração própria, conforme a análise feita dos dados coletados dos programas partidários de PSOL, PMB, REDE, PRB, SOLIDARIEDADE e PPL

Os números apresentados na Tabela 3 complementam os apresentados na “Tabela 2”. Podemos notar, por exemplo, que a quantidade de vezes que as categorias classificativas de esquerda apareceram nos programas partidários é muito maior que a quantidade de categorias de direita. É possível notar também que a categoria de direita mais presente no total de todos

os programas foi a “402: *Incentivos. Necessidade de políticas salariais e tributárias para induzir investimento; encorajamento para novos empreendimentos; necessidade de incentivos financeiros e de outros tipos como subsídios*” (TAROUCO e MADEIRA, 2013) – categoria que também menciona apoios às pequenas empresas. Por outro lado, um fato chama a atenção: a categoria de direita “505: *Limitação do Welfare State. Limitação do gasto com serviços e seguridade social. Ajuste da Previdência.*” (TAROUCO e MADEIRA, 2013) não apareceu em absolutamente nenhum programa, nem uma única vez. Curiosamente, de acordo com a metodologia formulada pelo MRG, esta categoria classificativa é o exato contraponto – o oposto – da categoria “504 *Expansão do Welfare State*, que se consta na categoria que mais aparece em todos os programas partidários – nada mais, nada menos que 351 vezes. Os novos partidos, em seus programas, se mostram como sendo defensores do *welfare-state* e de todo o cabide de políticas públicas e ideias políticas que seguem este conceito, na medida em que mencionam políticas de *welfare-state* de forma positiva em 351 ocasiões, sem criticar em momento algum tais políticas.

Não é surpresa o fato de a segunda categoria classificativa que menos aparece nos programas ser a “414: *Ortodoxia econômica. Necessidade de ortodoxia econômica tradicional, apoio a instituições econômicas tradicionais, como mercado de ações e sistema bancário; apoio a /moeda forte*” (TAROUCO e MADEIRA, 2013) – categoria esta que também defende políticas de ajuste fiscal, austeridade, privatizações, entre outras medidas ortodoxas –, já que esta categoria remete à ideias e políticas públicas muito próximas das defendidas pela categoria “505”. Afinal, diminuição de *welfare-state* e de suas políticas normalmente vem juntamente com políticas econômicas ortodoxas, de redução de gastos da máquina estatal, de ajuste fiscal, de privatizações e também de austeridade.

Além disso, é interessante notar também que a segunda categoria classificativa de direita que mais é vista nos programas partidários é a “704: *Classe média e grupos profissionais. Referências favoráveis à classe média, grupos profissionais, como médicos ou advogados; antiga e nova classe média. Inclui valorização do servidor público*” (TAROUCO e MADEIRA, 2013), categoria que também valoriza os servidores públicos. Porém, foi observado, durante a coleta de dados, que apesar de esta classificação remeter a menções positivas à funcionários públicos, à classe média e aos profissionais liberais, na maior parte das vezes em que esta categoria era mobilizada, a referência positiva que o programa partidário fazia era em relação à classe dos funcionários públicos. Poucas citações foram feitas aos profissionais liberais, entretanto.

Por fim, três observações que consideramos relevantes. Primeiro, ressaltamos que, apesar de não estar colocado como o partido mais ao centro – ou seja, menos à esquerda- dentre os seis analisados, o PRB fora o partido que obteve a maior pontuação de categorias classificativas remetentes à direita. De longe, o PRB foi a sigla que mais exaltou as Forças Armadas e a necessidade de valorizá-las – categoria “104: *Forças Armadas: positivo. Necessidade de manter ou aumentar gastos militares; modernização das forças armadas e melhoria da força militar; rearmamento e autodefesa; necessidade de honrar obrigações de tratados militares*” (TAROUCO e MADEIRA, 2013), que também defende a necessidade da defesa do território nacional e de garantia de recursos para as forças armadas – e também o partido que mais exaltou valores capitalistas inseridos na categoria “401: *Livre Iniciativa. Menções favoráveis a capitalismo de livre iniciativa; superioridade da iniciativa-investimento individual sobre a estatal e sistemas de controle*” (TAROUCO e MADEIRA, 2013), que também fala de direitos à propriedade privada e à necessidade empreendimentos individuais.

De maneira quase oposta, o PSOL foi o partido que mais fez referências ao socialismo e o que mais se utilizou de análises marxistas e de discursos anticapitalistas, itens inseridos na categoria “415: *Análise marxista. Referências positivas (tipicamente, mas não apenas por partidos comunistas) ao uso específico da terminologia marxista-leninista e análise de situações que de outra maneira não poderiam ser codificadas*” (TAROUCO e MADEIRA, 2013), que também aborda menções ao socialismo, anticapitalistas e à formas coletivas de propriedade. Se olharmos atentamente e relacionarmos a “Tabela 2” com a “Tabela 3”, é possível notar que o programa do PSOL inflacionou a ocorrência da categoria “415” nos números absolutos expostos na “Tabela 3”. Portanto, é necessário ficar atento para o fato de que, apesar de a “Tabela 3” indicar que a categoria classificativa “415” seja a terceira mais mencionada somando todos os programas, a grande maioria das referências a esta categoria estão inseridas e monopolizadas pelo programa do PSOL. Ou seja, isso causou uma distorção nos dados da “Tabela 3”. É interessante ressaltar igualmente que o PPL fez muito uso de frases que remetiam à categoria “415”.

O Solidariedade, por sua vez, possui alta porcentagem de menções de itens que se referem à categoria “701”, sendo o segundo partido – após o PSOL – que mais possui ocorrências destas categorias. Um resultado que não é surpreendente, afinal, o Solidariedade possui raízes e eleitorado baseado em sindicatos e em trabalhadores, grupos que, justamente, são representados pela categoria “701”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados no término do presente trabalho indicam uma posição ambígua da análise de programas baseada na metodologia *MRG*, em relação às análises usuais sobre os partidos políticos brasileiros. Normalmente realizadas sob a metodologia de classificação calcada na análise de especialistas ou no comportamento político – ou seja, olhando diretamente para a atuação dos partidos e dos políticos na política cotidiana, baseada em votações e discursos – as análises usuais sobre os partidos políticos possuem um foco diferente em relação à análise de programas, o que muitas vezes gera resultados diferentes nas pesquisas. No caso do atual trabalho, os resultados foram ambíguos, pois, ao mesmo tempo em que reafirmam a posição ideológica de certos partidos consideradas pelos estudos usuais, o presente estudo contrasta com outras pesquisas no que se refere a outros dados demonstrados (TAROUCO E MADEIRA, 2015; MACIEL, DE OLIVEIRA ALARCON e GIMENES, 2017).

Ao compararmos os resultados da presente pesquisa com os obtidos por Wiesehomeier e Benoit (2007) em um *survey* realizado com especialistas, por exemplo, vemos que o PSOL, em ambos os estudos, fora classificado como um partido de esquerda, com uma pontuação distante do centro⁵. Comparando, por sua vez, o presente trabalho com o *survey* de especialistas realizado no décimo encontro da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política – no ano de 2010 em Recife-PE⁶, podemos notar que: enquanto o PSOL foi classificado como um partido de extrema-esquerda em ambos os estudos, o PRB foi classificado mais à esquerda na presente pesquisa, em contraste com uma classificação mais à direita no *survey* com especialistas.

Outro estudo passível de comparação é a Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB) do ano de 2013 (MACIEL; DE OLIVEIRA ALARCON e GIMENES, 2017), realizada com os parlamentares do Congresso Nacional em atividade na 54ª Legislatura (2011-2015), e organizada por César Zucco Jr. e Timothy Power. Nesta pesquisa, na qual os parlamentares podiam se posicionar dentro do espectro político-ideológico em uma escala que iria de 1 (extrema-esquerda) até 10 (extrema-direita) – com o número 5 ao centro –, a média do auto posicionamento dos parlamentares do PSOL foi 2; já a média do auto posicionamento dos parlamentares do PRB, 5,33. Percebe-se que o posicionamento ideológico do PSOL

⁵ Dos novos partidos brasileiros, o estudo de Wiesehomeier e Benoit (2007) só aborda o PSOL

⁶ Dos novos partidos brasileiros, o estudo realizado no décimo Encontro da ABCP só aborda o PSOL e o PRB

corresponde com o que foi constatado na presente pesquisa – uma posição de extrema-esquerda. Já o PRB ficou, de acordo com a PLB, no centro, mas com leve inclinação à direita. Este posicionamento difere do observado no atual trabalho, no qual a sigla foi classificada como sendo de esquerda. Apesar disso, a discrepância entre as duas classificações não é grande, já que, diferentemente do PSOL, a posição ideológica do PRB dentro do espectro da esquerda no presente trabalho não foi extrema, estando próxima do centro. No caso, ambos os dois estudos atestam para uma posição mais ao centro político por parte do PRB.

Cabe aqui citar também o texto de Codato, Bolognesi e Roeder (2015), dentro do livro “Direita, volver!”, no qual os autores classificam PRB e Solidariedade como sendo partidos da “nova direita” brasileira, apesar do presente estudo apontar para a localização dos dois partidos no polo de esquerda, dentro do espectro político-ideológico considerado. Uma possível maneira de compreender esta contradição exposta pelos dois estudos pode estar no próprio texto destes autores (CODATO, BOLOGNESI & ROEDER, 2015), no qual eles afirmam que a “nova direita” brasileira do século XXI estaria defendendo políticas sociais que antes eram monopólio das esquerdas, apesar de manter certos valores da direita clássica do país, como a defesa do capitalismo e do livre-mercado assim como dos valores e morais tradicionais.

A adesão destas novas bandeiras antes monopolizadas pela esquerda brasileira por parte do PRB e do Solidariedade podem ter tido efeito na análise de programas proposta pelo presente estudo, direcionando estes partidos para a esquerda. Apesar da afirmação dos autores (CODATO, BOLOGNESI & ROEDER, 2015) de que estas duas siglas seriam de “direita” poder ser questionada ao olharmos para os dados obtidos na presente pesquisa, cabe lembrar que os mesmos autores, em seu texto, classificam os partidos analisados entre “direita” e “esquerda” tomando como base para esta classificação as díades “esquerda-direita” e “conservadorismo-progressismo/liberalismo” conjuntamente, e de modo bidimensional. Por sua vez, no presente trabalho não houve uma análise da díade “conservadorismo-progressismo/liberalismo”, de modo que tanto o PRB quanto o Solidariedade foram postos somente na esquerda do espectro político-ideológico, não cabendo aqui classificar estes partidos como sendo conservadores ou liberais/progressistas. De qualquer forma, propomos esta reflexão ao compararmos os dois estudos.

Assim como afirmam Tarouco e Madeira (2013) na conclusão de seu estudo, quaisquer diferenças gritantes entre a análise aqui proposta a partir do *MRG* e as outras análises usuais sobre os partidos políticos brasileiros devem ser investigadas. Em relação a estas diferenças, consideramos como mais prováveis, neste ponto, as duas hipóteses levantadas por Tarouco e

Madeira (2013) no término de sua já referida pesquisa: a) as diferenças obtidas entre os resultados dos métodos podem ser fruto de uma persistente inadequação – ou omissão - de categorias analíticas propostas no método MRG, necessitando este método de um melhoramento; ou b) as diferenças não possuem sua gênese em uma inadequação metodológica de um dos métodos, mas sim na própria natureza da política partidária brasileira, imersa em suas próprias contradições, as quais as duas ênfases diversas de pesquisa revelam. Neste último caso, o qual o autor deste trabalho particularmente endossa, a análise de programas partidários revelaria um aspecto da política partidária que se mostra oculto para as análises de classificação usuais que se baseiam no comportamento dos atores políticos, e vice-versa. Ambos os estudos, com diferentes metodologias, se mostram complementares.

Dando continuidade às comparações entre estudos, é possível também realizarmos uma comparação da presente pesquisa com outra que utilizou o *MRG* como método. No caso isso se dá ao analisarmos os resultados da presente pesquisa e os do estudo realizado por Mylenna Santos e José Medeiros (2017) através da aplicação do método *MRG* em um grupo de quatro novos partidos brasileiros – PSD, PRB, REDE e SOLIDARIEDADE –, no qual observamos certas semelhanças: em ambos os trabalhos, PRB, SOLIDARIEDADE e REDE ficaram posicionados à esquerda do centro político-ideológico. A porcentagem final de cada um destes partidos também se aproxima nos dois estudos: no trabalho de Mylenna Santos e José Medeiros, a REDE apresentou uma pontuação de -17%; o PRB, uma pontuação de -8,6%; e o Solidariedade, uma pontuação de -24,3%. Já na atual pesquisa, a REDE foi classificada a partir de uma pontuação de -7,7%; o PRB, a partir de uma pontuação de -9,1%; e o Solidariedade, a partir de sua pontuação de -25,4%. A proximidade dos resultados encontrados em ambos os estudos principalmente no que tange aos partidos Solidariedade e PRB são significantes. Cabe lembrar que ambos os dois estudos foram realizados a partir da metodologia *MRG*, apesar de o trabalho de Mylenna Santos e José Medeiros não utilizar a classificação *MRG* adaptada à realidade brasileira proposta por Tarouco e Madeira (2013). Sendo o único trabalho encontrado que utilizou do método *MRG* para analisar novos partidos brasileiros, a pesquisa realizada por Mylenna Santos e José Medeiros possui resultados muito próximos aos encontrados pelo presente estudo.

Dessa forma, a comparação com estudos que busquem classificar ideologicamente os novos partidos brasileiros não se estende, já que há uma escassez de trabalhos focados nessa temática. Provavelmente devido ao fato de serem os mais antigos dentre os novos partidos, PRB e PSOL são os que mais aparecem em trabalhos do gênero, como foi mostrado acima ao

compararmos resultados de outras pesquisas com o presente trabalho. Solidariedade, REDE, e principalmente, PMB e PPL, pouco são abordados em pesquisas acadêmicas.

Entretanto, eis algumas observações acerca de alguns destes partidos, levando em conta os resultados obtidos na atual pesquisa: o posicionamento do Solidariedade dentro do espectro ideológico da esquerda talvez possa ser surpreendente, se nos detivermos para a história política brasileira recente, quando este partido não só foi criado como oposição ao governo do PT – de esquerda – como também apoiou o *impeachment* de Dilma Rousseff. Contudo, seu posicionamento pode não ser surpreendente se olharmos para a base do partido, de cunho sindical e apoiada na retórica de defesa dos trabalhadores. A REDE e o PMB costumavam ser motivos de discórdia no que se refere a sua classificação – alguns autores os classificavam mais à direita, outros, mais à esquerda. Neste ponto, o presente trabalho faz sua contribuição à discussão ao colocar ambas as siglas próximas ao centro, mas com inclinações à esquerda.

Podemos auferir também dos resultados aqui encontrados, que pelo menos seis dos dez novos partidos brasileiros tendem a se posicionar à esquerda da diáde “direita-esquerda”, assim como a maioria dos “velhos” partidos analisados por Tarouco e Madeira (2013) o fazem. Isso demonstraria uma tendência de renovação na “tradição” dos partidos brasileiros pós-redemocratização de se posicionarem – ao menos em seus programas – à esquerda, sendo defensores do *welfare-state* e de um “liberalismo social”, assim como autores indicam que a esquerda mundial – reformista – atual se posiciona (Giddens, 2000; Rosas e Ferreira, 2014). Disto, podemos retirar ao menos duas hipóteses: ou os novos partidos brasileiros, assim como seus antecessores, possuem realmente visões de sociedade pautadas por ideais de esquerda, o que geraria uma hegemonia do pensamento político-partidário de esquerda no Brasil; ou estes novos partidos são ainda parte de uma “direita envergonhada” brasileira (Tarouco e Madeira, 2010), pois se dizem de esquerda, mas, na prática, atuam politicamente mais alinhados às práticas da direita.

Ambas as hipóteses possuem suas raízes no fim da ditadura civil-militar de direita que governou o país de 1964 até 1985. Como fruto do trauma democrático advindo da ditadura, os partidos brasileiros – os novos partidos inclusos – em grande medida rejeitariam os ideais de direita até hoje, sendo autenticamente de esquerda, como diz uma das hipóteses; ou, mesmo possuindo ideais de direita firmes e resistentes ao trauma da ditadura, estes partidos estariam “envergonhados” em se assumirem “de direita”, e portanto, se revestiriam com um “verniz” de esquerda. É possível que as respostas para estas questões estejam baseadas justamente num esforço conjunto de pesquisas a serem feitas utilizando das mais diversas metodologias –

principalmente das de comportamento político aliadas às de análises programáticas –, que, como foi dito anteriormente, se complementam.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lucas Macedo. *Que partidos são esses? Uma discussão sobre o surgimento de PSD, PROS e SD*. 2016.
- BARBOSA, Tiago Alexandre Leme; SCHAEFER, Bruno Marques; RIBAS, Vinicius de Lara. *Novos competidores no Brasil?: candidatos e eleitos pela REDE, PMB e NOVO*. 2017.
- BENNECH, Anna Paula de Moraes. *A emergência de novos partidos políticos no Brasil (1979-2015): o arcabouço legal é suficiente para explicar este fenômeno?*. 2016.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*, v. 2, 1995.
- _____. *As ideologias e o poder em crise: pluralismo, democracia, socialismo, comunismo, terceira via e terceira força*. Universidade de Brasília, 1988.
- BOLIN, Niklas. *New Party parliamentary entry in Western Europe 1960-2010*. *European Journal of Government and Economics*, v. 3, n. 1, 2014.
- BOLLEYER, Nicole. *New parties in old party systems: Persistence and decline in seventeen democracies*. OUP Oxford, 2013.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JR, Jairo. *Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?*. *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 271-303, 2011.
- BUDGE, Ian. *Experts Judgements of Party Policy Positions: Uses and limitations in political research*. *European Journal of Political Research*, Essex, v. 37, n. 1, p. 103-113, Jan, 2000.
- BUDGE, Ian, et. al. (eds.). *Mapping Policy Preferences: estimates for parties, electors and governments, 1945-1998*. New York, Oxford University Press, 2001.
- BUDGE, Ian; KLINGEMANN, Hans-Dieter; VOLKENS, Andrea; BARA, Judith; TANNENBAUM, Eric (eds.). *Mapping policy preferences: Estimates for parties, electors, and governments 1945-1998*. New York: Oxford University Press, 2001.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. *Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros*. *Opinião pública*, v. 14, n. 2, p. 319-351, 2008.
- CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. *A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador*. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (organizadores). *Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015 - *Direita, volver*, p. 121, 2015.
- DE HOLANDA, Mariani Ferri. *Debates sobre os conceitos de direita e a pertinência de uma tipologia dual para classificação dos partidos políticos brasileiros*. *Leviathan* (São Paulo), n. 13, p. 30-56, 2016.

DE LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Democracia e Instituições políticas no Brasil dos anos 80: Olavo Brasil de Lima Júnior*. Edições Loyola, 1993.

DE SOUZA CARREIRÃO, Yan. *Identificação ideológica e voto para presidente*. Opinião Pública, v. 8, n. 1, 2002.

_____. *Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006*. Opinião Pública, v. 13, n. 2, p. 307-339, 2007.

_____. *Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros*. Opinião pública, v. 14, n. 2, p. 319-351, 2008.

DIAS, Marcia Ribeiro; MENEZES, Daiane Boelhouwer; DA CUNHA FERREIRA, Geison. “A quem serve o Graal?”: um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei na Alergs (2003 a 2006). *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 12, n. 2, p. 209-235, 2012.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história eo último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony. *Admirável mundo novo: o novo contexto da política*. Caderno CRH, v. 7, n. 21, 2006.

_____. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP, 1996.

_____. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, p. 115-140, 1999.

_____. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. 1994 *Living in a post-traditional order*. In: BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony, LASH, Scott. *Reflexive modernisation*. Cambridge: Polity.

HAUSS, Charles; RAYSIDE, David. *The development of new parties in western democracies since 1945*. In: COOPER, Joseph; MAISEL, Louis. *Political Parties: development and decay*. Beverly Hills: Sage, 1978.

HARMEL, Robert; ROBERTSON, John D. *Formation and success of new parties: A cross-national analysis*. *International political science review*, v. 6, n. 4, p. 501-523, 1985.

HEYWOOD, A. *Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo*. São Paulo: Ática, 2010a. _____ . *Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo*. São Paulo: 2010b.

KAYSEL, André. *Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras*. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (organizadores). *Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015 - p. 49 a 74

KESTLER, Thomas; KRAUSE, Silvana y LUCCA, Juan B. “*Los break-in parties em América Latina: éxito o fracaso?*”. *Revista Debates*, 2013, 7 (2), 159-171

KINZO, M. D. A. G. & BRAGA, M. S. 2003. *Sistema eleitoral, competição partidária e representação parlamentar nos Legislativos estaduais*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional: Legislativos Estaduais em Perspectiva Comparada, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, de 7 a 8 de agosto. Digit

KLINGEMANN, H-D.; VOLKENS, A.; BARA, J. & BUDGE, I. (eds.). 2006. *Mapping Policy Preferences II: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003*. Oxford: Oxford University.

KLINGEMANN, Hans-Dieter, VOLKENS, Andrea et. al. *Mapping Policy Preferences II: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

KRAUSE, S.; GERARDI, A.; SCHAEFER, Bruno Marques. *As coligações do novo PSD: da máquina aos grotões, da métrica aos resultados*. In: Silvana Krause, Carlos Machado e Luis Felipe Miguel. (Org.). *Coligações e disputas eleitorais na Nova República. Aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso*. 1ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e EDUNESP, 2017, v. 1, p. 281-320.

INGLEHART, Ronald. *The Silent Revolution*. Princeton, Princeton University Press, 1977.

_____. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press, 1990.

_____. *Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno, 2001.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence*. Cambridge University Press, 2005.

LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. Edições Loyola, 1989.

COPPEDGE, M. 1997. *A Classification of Latin American Political Parties*. Working Paper, n. 244, Nov. Notre Dame: The Helen Kellogg Institute for International Studies. Disponível em: <http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/244.pdf>

LAVER, M. (ed.). *Estimating the Policy Position of Political Actors*. London: Routledge.

LEONI, E. 2002. *Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998)*. Dados, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 361-386. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a02v45n3.pdf>.

LÓPEZ, Santiago. “*Partidos desafiantes em América Latina: representación política y estratégias de competência de las nuevas oposiciones*”. *Revista de Ciência Política* (Santiago), 2005, 25 (2): 37-64

LOSADA, Rodrigo; LIENDO, Nicolás. *El peso de los nuevos partidos en el sistema de partidos colombiano, 1986-2010*. Papel político, v. 20, n. 1, p. cm-dn, 2015.

MACHADO, A. 2009. *Determinants of Electoral Party Coalitions: the case of Brazil*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Florida International University. Disponível em: <http://digitalcommons.fiu.edu/dissertations/AAI3471598/>.

MACIEL, Ana Paula Brito; DE OLIVEIRA ALARCON, Anderson; GIMENES, Éder Rodrigo. *Partidos políticos e espectro ideológico: Parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil*. Revista Eletrônica de Ciência Política, v. 8, n. 3, 2018.

MADEIRA, Rafael Machado; DA SILVA TAROUÇO, Gabriela. *Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey*. Civitas: Revista de Ciências Sociais (Impresso), 2015.

MADEIRA, Rafael M.; TAROUÇO, Gabriela. *A "direita envergonhada" no Brasil: como partidos reinterpretem seus vínculos com o regime militar*. In: Trabalho apresentado no V Congresso Latino-americano de Ciência Política, ALACIP, realizado em Buenos Aires, de 2010.

MADEIRA, Rafael Machado; DA SILVA TAROUÇO, Gabriela. *Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos*. Revista Debates (UFRGS), 2013.

MEDEIROS, José Matheus de Andrade; SANTOS, Myllena Pereira. *O que pensam os partidos brasileiros criados no Século XXI? Percepção da Ideologia através de manifestos partidários*. Revista Jus Navigandi, 2017

MIGUEL, L. F. 2010. *Os partidos brasileiros e o eixo "esquerda-direita"*. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H. & MIGUEL, L. F. (orgs.). *Coligações partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer.

OLIVEIRA, MARÍLIA SILVA DE. *Formação da Rede Sustentabilidade: movimento ambientalista, eleições e partidos políticos*. In: X Encontro da ABCP, 2016, Belo Horizonte. Anais eletrônicos, 2016.

PARTIDO PÁTRIA LIVRE, *Manifesto à Nação*. Disponível em: <http://partidopatrialivre.org.br/2018/>. Acesso em: 5 de novembro de 2018

PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA, *Programa do PMB*. Disponível em: <http://www.pmb.org.br/>. Acesso em: 5 de novembro de 2018

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE, *Programa do PSOL*. Disponível em: <http://psol50.org.br/>. Acesso em: 5 de novembro de 2018

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO, *Programa do PRB*. Disponível em: <https://www.prb10.org.br/>. Acesso em: 5 de novembro de 2018

- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo*. Revista Lua Nova. Revista de cultura e política, São Paulo, n. 39, p. 53-71, 1997.
- POWER, Timothy J.; ZUCCO JR, Cesar. *Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication*. Latin American Research Review, p. 218-246, 2009.
- POWER, T. J. 2000. *The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, institutions, and democratization*. University Park: Pennsylvania State University
- REDE SUSTENTABILIDADE, *Diretrizes Programáticas da Rede Sustentabilidade*. Disponível em: <https://redesustentabilidade.org.br/>. Acesso em: 5 de novembro de 2018
- REVELLI, M. Destra e Sinistra. *L'identità introvabile*, 1990.
- RIBEIRO, E.A. *Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 28, p. 205-219, jun. 2007.
- ROBERTSON, D. B. 1976. *A Theory of Party Competition*. London: Wiley
- ROMA, C. 2003. *Como mensurar preferências individuais: o método Poole & Rosenthal*. Trabalho apresentado no III Simpósio de Pós-Graduação em Ciência Política da USP, realizado em São Paulo. Digit.
- _____. 2004. *Atores, preferências e instituição na Câmara dos Deputados*. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo.
- ROSAS, João Cardoso; FERREIRA, Ana Rita (Ed.). *Left and right: the great dichotomy revisited*. Cambridge Scholars Publishing, 2014.
- SCHAEFER, Bruno Marques. *Condições e dinâmicas do surgimento de novos partidos no Brasil: PSD, PROS e Solidariedade (2011-2014)*. 2015.
- SCHEEFFER, Fernando. *ESQUERDA, DIREITA E “NOVOS” TEMAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS*. Revista Eletrônica Direito e Política, v. 12, n. 3, p. 1096-1124, 2017.
- _____. *Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados*. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 27, n. 2, 2018.
- SILVA, J. C. G. *Partido dos professores: elite partidária e evolução política do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)*. Paraná Eleitoral, v.2, p. 62-98, 2013.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.
- SINGER, A. 2002. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: USP.
- SOLIDARIEDADE, *Propostas Programáticas Solidariedade*. Disponível em: <http://www.solidariedade.org.br>. Acesso em: 5 de novembro de 2018

SOUZA TELLES, Helcimara de; LOURENÇO, Luiz Cláudio; STORNI, Tiago Prata L. *Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais*. Sociedade e Cultura, v. 12, n. 1, 2009.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael Machado. *Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil*. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 45, 2013.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael M. *A dimensão esquerda-direita: um debate sobre os partidos brasileiros*. XIV CISO-Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Recife, 2009.

TAROUCO, Gabriela. *Esquerda e Direita no Sistema Partidário Brasileiro*. In: Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS, 2008, Porto Alegre - RS. Artigos dos Grupos de Trabalho. Porto Alegre, 2008.

TAROUCO, Gabriela da S. *Classificação ideológica dos partidos brasileiros: notas de pesquisa*. 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2008.

TAROUCO, Gabriela da S. *Os partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

TAROUCO, G. *Brazilian parties according to their manifestos: political identity and programmatic emphases*. Brazilian Political Science Review, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 54-76, 2011. Disponível em: <<http://www.bpsr.org.br/index.php/bpsr/article/view/114/105>>. Acesso em 02. Nov. 2018.

Tribunal de Justiça Eleitoral (TSE). 2014. “Distribuição do Fundo Partidário Duodécimos 2013”.

VAN COTT, Donna Lee. *From Exclusion to Inclusion. Bolivia's 2002 Elections*. Journal of Latin America Studies, London, v. 35, n. 4, p. 751-755, nov. 2003.

VOLKENS, A. 2001. *Manifesto Research Since 1979: From reliability to validity*. In: LAVER, M. (ed.). *Estimating the Policy Position of Political Actors*. London: Routledge.

WIESEHOMMEIER, N. & BENOIT, K. 2007. *Presidents and Parties in Policy Space: Expert surveys of policy positions in 18 Latin American countries*. Trabalho apresentado no V Congresso Europeo de Latinoamericanistas, realizado em Bruxelas, de 11 a 14 de abril. Digit.

WILLEY, Joseph. *Institutional arrangements and the success of new parties in old democracies*. *Political Studies*, v. 46, n. 3, p. 651-668, 1998.

ZUCCO JR., C. 2009. *Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings*. *The Journal of Politics*, Statesboro, v. 71, n. 3, p. 1076-1092, July.